

DIÁLOGO GLOBAL 4.4

4 edições por ano em 14 idiomas

A ISA aos 65

Margaret Archer,
T.K. Oommen,
Immanuel Wallerstein,
Alberto Martinelli,
Piotr Sztompka,
Michel Wieviorka

Trabalhadores na Itália

Mimmo Perrotta,
Devi Sacchetto,
Luisa Leonini,
Alessandro Gandini

Universidades em crise

John Holmwood

- > Sectarismo e sobrevivência no Líbano
- > Os ciganos invisíveis do Egito
- > Intimidando casais binacionais na França
- > O fantasma que assombra a Turquia
- > Atitudes à Rússia no Cazaquistão
- > A ICSU e o futuro do planeta
- > A equipe romena da Diálogo Global

REVISTA



International
Sociological
Association



VOLUME 4 / EDIÇÃO 4 / DEZEMBRO 2014
<http://isa-global-dialogue.net>

DG



> Editorial

A ISA aos 65

Para comemorar os 65 anos desde o nascimento da ISA, um painel de ex-presidentes foi convocado no Congresso Mundial de Yokohama para avaliar o passado e olhar para o futuro. Suas avaliações estão publicadas nesta edição da *Diálogo Global*. Eles lamentam a inevitável marcha do inglês como língua franca, contra a vã esperança de que todos se tornem bilíngues. O crescente aumento do Congresso parece igualmente inexorável - comemorado por alguns, questionado por outros. Immanuel Wallerstein recorda o primeiro Congresso de que ele participou em 1959, quando houve um diálogo íntimo entre os principais sociólogos, praticamente todos, naqueles dias, diga-se, vindos do Norte. Margaret Archer considera que uma maior inclusão é um projeto incompleto. Ela é crítica ao poder crescente dos Comitês de Pesquisa que balcanizaram a ISA e a impediram de desenvolver visões globais da sociologia. Sua ascensão é parte do aprofundamento da profissionalização - o mundo dos fatores de impacto e indicadores de desempenho - conduzindo a uma pesquisa cada vez mais superficial. E, de fato, nesta edição, John Holmwood condena os últimos avanços na cultura de avaliação, que engole a academia.

Esse é um tema abordado por Michel Wieviorka, que aborda os perigos da hiperespecialização e os desafios do mundo digital. Ele também argumenta que a pesquisa sociológica não deve ignorar o poder do mal no mundo moderno. T.K. Oommen segue com os obstáculos para uma sociologia internacional, mencionando o contínuo embora anacrônico foco sobre o Estado-nação, argumentando que é preciso separar a nação do Estado e olhar para as forças que operam acima e abaixo do Estado. Piotr Sztompka leva a internacionalização a um extremo polêmico ao defender "uma sociologia para muitos mundos" e se desespera com aqueles que gostariam de criar divisões políticas em nosso meio, sejam eles potenciais revolucionários ou defensores das sociologias autóctones. Finalmente, Alberto Martinelli, condizente com sua nova função como Presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais, fala do importante papel que a sociologia pode desempenhar na promoção de uma governança democrática global.

Esses são sociólogos sábios e ilustres com avisos importantes sobre os apuros da sociologia. Mas como a *Diálogo Global* tem demonstrado repetidamente, os jovens sociólogos de hoje estão enfrentando esses desafios com coragem e inovação. Nesta edição, temos artigos sobre a situação dos trabalhadores migrantes na Itália e a forma como os jovens italianos estão lidando com a crise econômica. Temos artigos do Líbano sobre a nova face do sectarismo e sobre como os agricultores sobrevivem na zona de guerra ao sul do Líbano. Temos artigos sobre os outsiders discriminados, "ciganos" no Egito e imigrantes na França. Temos artigos sobre o impacto político dos protestos de Gezi, na Turquia, a manipulação dos meios de comunicação no Cazaquistão e um relatório sobre o que os cientistas naturais estão fazendo em relação aos problemas do planeta. Apesar dos avisos de nossos ex-presidentes, a sociologia na prática está bem, informando sobre um mundo que não está indo tão bem.

- > **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 13 idiomas no [website da ISA](#)**
- > **Submissões devem ser enviadas para burawoy@berkeley.edu**

A ISA aos 65

Seis ex-presidentes da International Sociological Association fornecem uma visão de longo prazo sobre os legados históricos e os desafios futuros da ISA.



A *Diálogo Global* é possível graças à generosa contribuição da SAGE Publications.

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editor Associado: Gay Seidman.

Editores Executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Conselho Editorial:

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchyan, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Renata Barreto Preturlan, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Rafael de Souza, Benno Alves.

Colômbia:

María José Álvarez Rivadulla, Sebastián Villamizar Santamaría, Andrés Castro Araújo, Katherine Gaitán Santamaría.

Índia:

Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Nidhi Bansal, Uday Singh.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Zohreh Sorooshfar, Abdolkarim Bastani, Niayesh Dolati, Mitra Daneshvar, Faezeh Khajehzadeh.

Japão:

Satomi Yamamoto, Yusuke Abe, Yuri Hitomi, Yutaka Ito, Seiji Katayama, Koki Kawakami, Ayaka Komiya, Masahiro Matsuda, Masakazu Matsuzaki, Yuka Mitani, Nami Morodome, Hiroki Nakamura, Masaki Okada, Takazumi Okada, Yukari Sadaoka, Fuma Sekiguchi, Kohei Takejiri, Misato Tsuruda, Kazuki Uyeyama, Wataru Wada, Tomoko Wakiya, Kasumi Yamauchi, Sakiye Yoshioka.

Polônia:

Mariusz Finkielsztajn, Weronika Gawarska, Krzysztof Gubański, Kinga Jakiela, Kamil Lipiński, Przemysław Marcowski, Kuba Barszczewski, Martyna Miernacka, Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska, Adam Müller, Zofia Penza, Konrad Siemaszko, Anna Wandzel, Hanna Wierzbicka, Marcin Zaród.

Romênia:

Cosima Rughiniş, Ileana-Cinziana Surdu, Telegdy Balazs, Adriana Bondor, Ramona Cantaragiu, Miriam Cihodariu, Ruxandra Iordache, Andra Larionescu, Mihai Bogdan Marian, Monica Nădrag, Mădălin-Bogdan Rapan, Alina Stan, Oana Mara Stan, Elena Tudor, Cristian Constantin Vereş.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Asja Voronkova.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Yonca Odabas, Günnur Ertong Attar, İlker Urlu, Zeynep Tekin Babuç, Hüseyin Odabaş.

Consultores de mídia: Gustavo Taniguti, José Reguera.

Consultora Editorial: Ana Villarreal.

> Nesta Edição

Editorial: A ISA aos 65

2

> EX-PRESIDENTES OLHAM PARA O PASSADO E O FUTURO

Sociologia para Um Mundo

Por Margaret S. Archer, Reino Unido, Presidente da ISA, 1986-1990

4

Pré-requisitos para internacionalizar a sociologia

Por T. K. Oommen, Índia, Presidente da ISA, 1990-1994

6

A ISA como uma Organização: alguns perigos em seu progresso

Por Immanuel Wallerstein, EUA, Presidente da ISA, 1994-1998

8

A contribuição da ISA para a governança democrática global

Por Alberto Martinelli, Itália, Presidente da ISA, 1998-2002

10

O Manifesto "Positivista"

Por Piotr Sztompka, Polônia, Presidente da ISA, 2002-2006

12

Os desafios da digitalização, da disciplinaridade e do mal

Por Michel Wieviorka, França, Presidente da ISA, 2006-2010

14

> TRABALHO NA ITÁLIA

Os trabalhadores migrantes no sul da Itália

Por Mimmo Perrotta, Itália

16

Em greve contra cooperativas

Por Devi Sacchetto, Itália

18

Lidando com a crise econômica

Por Luisa M. Leonini, Itália

20

O crescimento do trabalho *freelance*

Por Alessandro Gandini, Itália

22

> DO LÍBANO

As areias movediças do sectarismo no Líbano

Por Rima Majed, Líbano

24

Cultivando tabaco na zona de guerra no Líbano

Por Munira Khayyat, Egito

26

> UNIVERSIDADES EM CRISE

Apertando o parafuso da avaliação no Ensino Superior

Por John Holmwood, Reino Unido

28

> O OUTSIDER DISCRIMINADO

Os ciganos invisíveis do Egito

Por Alexandra Parrs, Egito

30

Os casais binacionais sob suspeita

Por Manuela Salcedo e Laura Odasso, França

32

> A POLÍTICA E A MÍDIA

O fantasma que assombra a Turquia

Por Aylin Topal, Turquia

34

Manipulando a opinião pública no Cazaquistão

Por Almas Taizhanov, Cazaquistão

36

O futuro do planeta

Por Emma Porio, Filipinas

38

A equipe romena da *Diálogo Global*

Por Ileana Cinziana Surdu, Romênia

39

> Sociologia para Um Mundo

Por **Margaret S. Archer**, Universidade de Warwick, Reino Unido, e ex-presidente da ISA, 1986-1990



Margaret Archer.

Não existe algo como uma percepção imaculada. Desde o início, a minha própria visão veio através das lentes da UNESCO: a ISA foi fundada para ajudar a “unir estudiosos de ciências sociais do mundo” para fazer avançar essas disciplinas. Tendo em conta que os seus 65 anos abrangem a divisão entre a “alta” modernidade e a “tardia” – e, crucialmente, o que vier a seguir – a ISA poderia ter tomado isso como seu mandato. Isso não aconteceu. Em vez disso, ela foi mais uma participante que fez sua própria história dentro desses limites estruturais e culturais. Ao olhar para trás, parece haver um bom ajuste notável entre a periodização comum desses anos e as fases da história da ISA; nunca faltou boa vontade, mas faltou capacidade de prever o futuro.

O que nos impediu de nos colocarmos em posição superior no campo intelectual – globalizando antes do mundo, ou nos tornando geograficamente inclusivos antes do mundo? Basearei estas reflexões apenas em minhas próprias experiências, a partir do Congresso Mundial de 1966, em Evian-les-Bains – que, ironicamente, ocorreu a seis quilômetros do chalé onde estou agora escrevendo este texto. Como a própria cidade, o Congresso foi pequeno, quase íntimo, e muito eurocêntrico. A presença americana foi forte, mas os mais animados eram os emigrantes da Europa do Leste. Divertimo-nos um pouco ao detectar um agente da KGB nas pequenas delegações oficiais, mas não conseguimos desviar de apresentações seguras e estudadas para iniciar diálogos arriscados.

Alguma responsabilidade por isso encontra no nosso exercício de hegemonia linguística, igualmente avaliado. A maioria dos norte-americanos e, claro, a maioria dos ingleses, manteve-se – como ainda o fazem – monolíngues descarados. Em parte, a infraestrutura de comunicação também era um obstáculo – máquinas de escrever manuais, sem fotocopiadoras, correio tradicional e linhas telefônicas inseguras eram fatores inibidores. Para que aqueles que nasceram depois do fim dos anos 60 consigam imaginar, quando me tornei editora da *Current Sociology* (1973), a bibliografia para um Relatório de Tendências chegava empacotada em um fichário, completo com seus cartões de classificação! Não vou me deter nas alegrias de escrever isso numa velha Remington e inserir os acentos à mão. Por que pensávamos que Relatórios de Tendências eram úteis, em 1952, quando a revista começou? Porque, antes da internet, o único outro recurso para essas informações básicas era a Sociological Abstracts, graças aos esforços voluntários de Leo Chall e sua esposa. Esse é o pano de fundo do período que chamo de nossa própria guerra fria.

> Combatentes “unidos” pelo empirismo

CCertamente, a Filosofia das Ciências Sociais promoveu o empirismo e, embora seja atualmente vista como falida, formou temporariamente um vínculo entre o Ocidente e o Oriente. Os países ocidentais animaram-se com a chegada de seu primeiro computador (do tamanho de uma sala), o impulso inicial para o *Big Data*. Na Europa Oriental, os estudos estatísticos detalhados proporcionaram um refúgio seguro contra o politicamente correto. Além disso, as estatísticas representavam uma forma de esperanto. Nos Congressos da década de 1970, ao entrar em quase qualquer sessão via-se mais uma tabela de regressão projetada em um slide suspenso, convidando para uma discussão quase matemática.

Não era porque a teoria estava morta. Pelo contrário, a principal atração em Uppsala (1978) foi um debate programado entre Parsons e Althusser – pelo menos a julgar pelas centenas que caminharam penosamente para a atividade distante sob uma chuva forte. Quando o Presidente terminou anunciando, para seu pesar, que nenhum dos palestrantes conseguiria chegar, os guarda-chuvas se foram e voltaram desconsolados.

À ISA não faltou boa vontade. Nós deliberadamente realizamos reuniões do Comitê Executivo na Europa Oriental,



contrabandeando manuscritos da Bulgária, visitamos Tbilisi, Ljubljana, Budapeste e outros lugares para ampliar a rede. Através de repetidas visitas à Polónia, algumas amizades para a vida toda foram formadas. Também, nesse período em que as associações nacionais ainda dominavam a ISA, arranhamos a superfície do relacionamento entre os membros da Polónia e do Partido. Hospedados no belo palácio de Jabłonna, estávamos desconfortavelmente conscientes de que nossa alimentação tinha provavelmente custado aos nossos colegas um mês de cupons de alimentos. A cozinheira queria fazer o melhor para nós e prometeu um *zrazy zawijane* na quinta-feira. Durante toda a tarde, sentíamos o cheiro dos preparativos, mas o jantar foi adiado várias vezes. Afinal, vimos um comboio de faróis de carros chegando de Varsóvia e a pobre cozinheira teve que nos dizer que era o Ministro de Educação com sua equipe - e que o nosso jantar havia sido cancelado. Muitas amizades duraram: em 1989, alguns tiveram a alegria de muito extra oficialmente dirigir até Gdansk - e estar presente nos estaleiros quando o Solidariedade quebrou os grilhões.

> A onda mexicana e o chamado para acordar

Assim como o resto do mundo, a ISA respondeu bem aos indivíduos perseguidos, mas muito menos em relação às coletividades oprimidas. Continuou sendo eurocêntrica e não foi muito ajudada pelos nossos primos da América do Norte, havendo poucos que estavam familiarizados com outros continentes. É claro que houve exceções notáveis: Tom Bottomore e a Índia, Alain Touraine e seu conhecimento inesgotável da América Latina. Mas somente durante o Congresso Mundial de Sociologia da ISA na Cidade do México (1982) ficou demonstrado quão mal servíamos à América Latina. Fomos surpreendidos pelo tamanho da UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México) e a onda de estudantes que queria participar do Congresso. Foram feitos arranjos de última hora para acomodá-los, deixando muitos indignados, com razão: “Como vocês podem vir ao nosso país e não reconhecer a nossa língua e as nossas preocupações?” Coletivamente, recebemos a mensagem. Cardoso foi eleito presidente, embora ainda levassem vários anos para o espanhol se tornasse a terceira língua oficial da ISA.

Quando o Congresso seguinte (1986) reuniu-se em Nova Déli, Martin Albrow e eu já tínhamos lançado a *International Sociology* explicitamente como uma atividade com proposta inclusiva. Daniel Bertaux arquitetou um “Concurso de Jovens Sociólogos”, geográfico e linguisticamente inclusivo, envolvendo painéis com catorze idiomas diferentes e avaliadores, cuja disposição para participar evidenciava sentimentos prévios de marginalização. O espanhol finalmente tornou-se uma língua oficial da ISA. Nosso tema do Congresso de 1990 foi “Sociologia para Um Mundo”, e dediquei meu discurso presidencial a ele. A maioria dos membros do Comitê Executivo sentiu que estávamos no caminho para nossa agenda internacional. Mas eu falhei em registrar uma pequena nuvem negra, que agora acredito, freou essa tra-

jetória: a crescente importância dos Comitês de Pesquisa.

> Vinte Anos de balcanização

Inicialmente, a especialização dos Comitês de Pesquisa parecia uma resposta razoável para o número crescente de sociólogos profissionais do mundo inteiro e sua variedade de interesses. A influência dos Comitês de Pesquisa inchou, sem que houvesse outras instâncias equivalentes que pudessem se contrapor à fragmentação, amplificando duas consequências não intencionais. Por um lado, alguns Comitês de Pesquisa foram comandados por “arrendatários permanentes”, representando uma abordagem particular, excluindo efetivamente outras. Por outro lado, os Comitês de Pesquisa proliferaram, mas a ausência dos principais sociólogos analisando a modernidade tardia e seus descontentamentos era perceptível. Em suma, a ISA forneceu uma plataforma encolhida para a discussão sobre “para onde estamos indo?”.

Cada vez mais, se o “seu” Comitê de Pesquisa tornava-se um feudo, a principal alternativa era sair e tentar outro, porque as sessões plenárias foram deixando de ser um atrativo para contrabalancear. Portanto, apoiei muito os esforços de Michael Burawoy para concentrar em debates centrais enquanto promovia simultaneamente a *Diálogo Global*.

> Imperativos para o Futuro

Com a intensificação da regulamentação burocrática acadêmica, novos indicadores de desempenho, rankings de publicações e ênfase em fatores de impacto fazem com que os colegas em início de carreira adotem uma especialização prematura defensiva - se não se resguardam pela realização de etnografias obscuras. A pressão para publicar muito rápido e preencher um CV significa que eles têm menos tempo para ler um livro todo, muito menos o trabalho completo daqueles que eles estão atacando ou mesmo dos gigantes com base nos quais realizam seus trabalhos. Enquanto isso, onde está o fórum para discussões sociológicas sobre as questões globais: o declínio da Europa, as alterações climáticas, a intensificação das desigualdades, a reestruturação do capitalismo financeiro contra a promessa digital de uma cultura comunitária? Onde está a arena para as disputas sociológicas sobre a conceituação do mundo contemporâneo, seu neoliberalismo ou o mantra de que “não há alternativa”?

A nova composição do Comitê Executivo é muito internacional; tanto pode fomentar representatividade global dentro da balcanização, quanto pode formular uma nova agenda internacional para as questões globais, procurando explicar para onde esse mundo está caminhando. Uma vez pensei que o melhor papel de um ex-presidente era permanecer em silêncio, já tendo tido oportunidade de fala antes. No entanto, percebi que devemos falar. Afinal de contas, compartilhamos o raro privilégio de não ter nada a perder. ■

Contato com Margaret Archer: <Margaret.Archer@warwick.ac.uk>

> Pré-requisitos para internacionalizar a Sociologia

Por **T. K. Oommen**, Universidade de Jawaharlal Nehru, Nova Dêli, Índia, e ex-Presidente da ISA, 1990-1994



T.K. Oommen.

A Associação Internacional de Sociologia foi formada para promover a sociologia internacional, mas não chegamos a um consenso sobre o significado desse conceito evasivo. Claro, podemos concebê-lo como uma agregação de “sociologias nacionais”, mas, mesmo em termos demográficos, as “nações” variam, das que têm mais de um bilhão de habitantes (China e Índia) para países de cinco milhões ou menos. Além disso, as estruturas sociais e os padrões culturais das “nações” variam enormemente: enquanto algumas nações são multinacionais, outras são multiétnicas ou multitribais; algumas são Estados-nação, seja na realidade ou em termos de suas aspirações. Tratar essas unidades díspares como peças de construção da sociologia internacional é uma proposta difícil. E, no entanto, é precisamente isso o que a ISA se esforça para fazer.

Como Bauman observa, “[Com] quase nenhuma exceção, todos os conceitos e ferramentas analíticas empregados atualmente pelos cientistas sociais são equipados para uma

visão do mundo humano na qual a totalidade mais volumosa é uma ‘sociedade’, uma noção equivalente, para todos os efeitos práticos, ao conceito de ‘Estado-nação’”. O primeiro pré-requisito para a internacionalização da sociologia é abandonar o “Estado-nação” como unidade de análise sociológica, tanto para evitar “nacionalismos metodológicos” quanto porque o ideal de “Estado-nação” quase não se concretizou mesmo em seu berço, a Europa Ocidental. No entanto, os sociólogos não podem substituir “mobilidade”, “rede global” ou “espaços sociais multidimensionais” por “sociedade” (o fulcro de sua disciplina), como alguns têm defendido, porque sem as sociedades nenhum destes pode ser ancorado.

Um segundo pré-requisito para a internacionalização da sociologia é ultrapassar a divisão irracional entre sociologia e antropologia social/cultural. Se a antropologia analisou os Outros inferiores - selvagem, negro e etnográfico -, a sociologia teve como objetivo estudar as sociedades “programadas”, modernas ou industriais. Como Fallding afirma, com razão, “[...] a antropologia cultural e social compreende, nem mais, nem menos, do que a sociologia dos povos mais simples.” Insistir que a sociologia é um produto da modernidade submete as sociedades não modernas a um apagão cognitivo, e ignora as múltiplas modernidades.

As dicotomias intelectuais do período colonial foram transformadas em uma tricotomia durante o período da Guerra Fria, com base em fatores político-econômicos que nada tinham a ver com as estruturas sociais ou culturais. O Terceiro Mundo foi caracterizado pelo subdesenvolvimento, superpopulação e caos político. O Segundo Mundo era tecnologicamente moderno, mas politicamente autoritário, enquanto o Primeiro Mundo era moderno, tecnologicamente eficiente, democrático e economicamente avançado.

Mas visto em termos de estruturas sociais e padrões culturais, o Terceiro Mundo consistiu em três entidades completamente diferentes, emergindo de experiências coloniais



muito diferentes. Se a África e o Sul da Ásia foram submetidos a um “colonialismo de afastamento”, a América Latina, que experimentou o “colonialismo replicativo”, foi constituída por imigrantes provenientes de uma grande variedade de grupos étnicos. Esses “grupos étnicos” vivendo juntos em um território estatal não criam um Estado-nação no sentido da Europa Ocidental. O fracasso dos sociólogos em desafiar o esquema de três mundos da Guerra Fria continua a complicar a nossa compreensão das sociedades de colonização e povoação - incluindo as sociedades do Primeiro Mundo, bem como do Terceiro Mundo.

A fusão do Estado e da nação é uma confusão conceitual comum e um obstáculo para a internacionalização da sociologia. As “tradições nacionais” em sociologia, invariavelmente, referem-se a estudos realizados dentro das fronteiras estatais. Antes da construção do Muro de Berlim, e desde a sua demolição, a sociologia alemã teve apenas uma tradição nacional, mas por décadas, teve duas – uma para a Alemanha Oriental e outra para a Alemanha Ocidental. Antes do desmantelamento do Segundo Mundo, a sociologia soviética encapsulava várias sociologias nacionais, mas com a dissolução da União Soviética várias sociologias nacionais passaram a ser reconhecidas.

Vincular a sociologia com o Estado-nação vai contra a própria essência da disciplina. A sociologia analisa as estruturas sociais e os padrões culturais em todas as variedades de sociedades – modernas, pré-modernas, simples, complexas, agrárias e industriais. Se a sociologia tem um interesse disciplinar na diversidade, o Estado-nação persegue implacavelmente o objetivo de homogeneização. Paradoxalmente, as almas da sociologia e do Estado-nação levam a direções opostas, mas elas estão amarradas em um só corpo, o corpo político – que impede a internacionalização da sociologia.

Além disso, vincular a sociologia com o Estado é especialmente problemática para as “nações” que não estabeleceram seus próprios Estados soberanos. Há uma sociologia francesa, mas não há uma sociologia da Bretanha; há uma sociologia britânica, mas não há uma galesa; há sociologia espanhola, mas não há catalã. A nação curda, fragmentada em vários Estados soberanos, parece destinada a ficar sem a sua própria sociologia. O destino das “sociologias nacionais” parece inextricavelmente entrelaçado com a sorte política das nações: “sem Estado soberano, sem sociologia”. Pode-se falar significativamente sobre uma sociologia internacional com credibilidade em tal situação?

Alguns podem argumentar que já estamos testemunhando o fim do Estado-nação. O desmantelamento do

Segundo Mundo deu à luz a noção de um mundo e seu corolário lógico, uma sociologia global. Mas essa transformação ocorreu mais na política e na economia, e menos na sociedade e na cultura. Era prematuro supor que uma “sociologia única” surgiria. No entanto, devido à existência de um sistema comunicativo, alguns até mesmo imaginaram uma “sociedade mundial” – uma sugestão que eu vejo como um deslize não intencional de volta a um pecado original, qual seja, formar uma sociologia conforme as ciências puras. No decorrer do meu discurso presidencial ao XIII Congresso Mundial de Sociologia (Bielefeld, 1994), duas décadas atrás, argumentei que a *“Sociedade Mundial distinta em termos de uma cultura, uma civilização, um sistema de comunicação e afins não é apenas impossível, mas nem mesmo desejável – a pluralização encapsula a própria concepção de sociedade mundial.”*

Termino com duas observações: primeiro, apesar das transformações nas sociedades humanas, três dimensões são compartilhadas por todos: a unidade (como o realismo filosófico confirma), a multiplicidade (como os nominalistas sociológicos sugerem) e o processo social (como os pluralistas culturais asseguram). Essas dimensões variam de acordo com as sociedades, mas o básico está lá, oferecendo esperança para a internacionalização da sociologia. Mas, em vez de se concentrar nesses princípios, a sociologia tem valorizado a economia, a política, a tecnologia, a mídia, a ecologia e afins, relegando às estruturas sociais e aos padrões culturais o status de meras variáveis dependentes.

Em segundo lugar, a variação na complexidade social decorre mais da estratificação, da heterogeneidade e da hierarquia do que dos níveis de desenvolvimento econômico ou nos tipos políticos. As sociedades humanas são estratificadas com base na classe, gênero, idade e afins, mas também são culturalmente heterogêneas – particularmente no que diz respeito a religião, língua e raça –; a interseccionalidade implica em maior complexidade. Em sociedades hierárquicas em que valores sociais legitimam a desigualdade, a complexidade aumenta exponencialmente. Uma autêntica internacionalização da sociologia deve buscar tanto as semelhanças quanto as especificidades das sociedades. A sociologia internacional não implica nem na universalização nem na autoctonização, mas na contextualização, evitando a hegemonização do universalismo e a paroquialização do autoctonismo. Na verdade, a sociologia comparativa é a porta de entrada para a internacionalização da sociologia. ■

Contato com TK Oommen <tkoommen5@gmail.com>

> A ISA como uma Organização: alguns perigos em seu progresso

Por **Immanuel Wallerstein**, Universidade de Yale, EUA e ex-presidente da ISA, 1994-1998



Immanuel Wallerstein.

O primeiro congresso de que participei foi o terceiro da ISA, realizado em 1959, em Stresa, uma pequena cidade no norte da Itália. Participei de treze dos quinze congressos desde então. Ao refletir sobre as diferenças entre a ISA de 1959, a do momento da minha presidência entre 1994 e 1998, e de hoje, gostaria de discutir quatro aspectos da sua vida organizacional: a composição dos participantes dos congressos; o idioma; as estruturas e programas da ISA; e o efeito do tamanho.

> Composição dos participantes

Apesar da contagem oficial de inscritos em 1959 ser de 867, havia cerca de 300 pessoas presentes nas sessões

plenárias, quase todas da Europa e da América do Norte. Pela minha memória, havia apenas um ativo participante do que nós então chamávamos de Terceiro Mundo: Anouar Abdel-Malek do Egito (embora ele trabalhasse em Paris). Foi também o primeiro congresso para o qual a União Soviética e outros países do Leste Europeu enviaram participantes. A maioria havia sido recentemente rebatizada de filósofos, mas muitos eram da Itália, país anfitrião. A “sociologia” era uma categoria emergente, e a ISA desempenhou um papel importante na sua criação.

Na época da minha presidência, a participação foi muito mais internacional. No entanto, ainda era desequilibrada em sua distribuição. O custo financeiro para ir a um congresso limitava a participação, assim como o fato de que a sociologia ainda estava se estabelecendo em muitos países.

Em 2014, depois de muito esforço por parte da ISA, a participação foi mais equilibrada, embora ainda imperfeita. O maior aumento foi na participação das mulheres como representantes e como palestrantes. A distribuição da participação provavelmente irá continuar a melhorar em futuros congressos.

> Idioma

Os idiomas oficiais iniciais da ISA eram inglês e francês. Em 1959, o francês era amplamente utilizado; provavelmente, mais francês foi falado em 1959 do que no congresso de 2014, que foi bem maior. A maioria dos participantes conseguia entender, se não falar, ambos, inglês e francês. Raramente havia tradução, com exceção de um caso ou outro.

O primeiro congresso realizado no Terceiro Mundo foi em 1982, na Cidade do México. Havia, naturalmente, muitos participantes mexicanos, assim como outros latino-americanos. O uso exclusivo do inglês e do francês provocou uma



revolta liderada pelos participantes mexicanos mais jovens, exigindo o direito de falar em espanhol, com tradução em ambas as direções. Alain Touraine pessoalmente salvou a situação com a montagem de uma plataforma e traduzindo do inglês e do francês para o espanhol e vice-versa. O espanhol posteriormente tornou-se a terceira língua oficial da ISA.

No entanto, o inglês tornou-se o único idioma realmente utilizado, exceto em algumas sessões minoritárias para falantes de francês e espanhol. Se um palestrante, em uma grande sessão, apresentasse um trabalho em francês ou espanhol, muitos falantes do inglês simplesmente saíam. Quando eu era presidente, nós nomeamos uma comissão especial para estudar esse problema, liderada pelo mesmo Alain Touraine. A comissão propôs algumas soluções para melhorar uma situação desagradável, mas essas sugestões foram educadamente ignoradas.

Em parte, isso resultou de uma participação internacional mais ampla. Para cada vez mais participantes, nenhuma das três línguas oficiais era a sua língua nativa; para a maioria, o inglês era a primeira “segunda língua”. Isso foi também um efeito da hegemonia dos Estados Unidos no sistema-mundo: enquanto as gerações anteriores aprenderam francês, alemão ou russo como uma “segunda língua”, as gerações mais jovens trocaram para o inglês.

Como muitas organizações internacionais, a ISA está agora confrontando os lados negativos de uma língua franca. Uma versão empobrecida da língua franca está em uso; versões faladas e escritas se distanciam. Com a continuidade do declínio da hegemonia dos EUA, haverá, sem dúvida, demanda por mais idiomas: quando o mandarim chinês e o árabe se tornarem amplamente utilizados para a comunicação científica, como a ISA do futuro irá se ajustar?

> Estruturas e Programas da ISA

Em 1959, havia apenas dois Comitês de Pesquisa. Eles foram verdadeiramente comitês de pesquisa - ou seja, eles não eram espaços de debate, mas grupos que obtiveram fundos para a pesquisa transnacional. Não era possível simplesmente se juntar a eles. Os membros eram convidados. Posteriormente, como o número de comitês cresceu, um conselho foi criado e quatro de seus membros foram adicionados ao Conselho da ISA.

A principal tarefa da estrutura da ISA era escolher o local do próximo congresso e criar um programa. O (único) vice-presidente era encarregado de desenvolver um programa, em conjunto com o Comitê de Programa - nenhum de seus membros participava do Conselho da ISA. Muito pelo contrário! A idéia era encontrar diversos indivíduos competentes, evitando *aparelhamento* dos que participavam do conselho. Nem mesmo o presidente participava de reuniões

do Comitê de Programa.

Ao longo dos anos, a ISA criou mais vice-presidências, mas até a minha presidência, o Vice-Presidente de Programa era o líder na classificação. Meu Vice-Presidente de Programa (e meu sucessor como presidente), Alberto Martinelli, designou o comitê, embora outros vice-presidentes tenham sido convidados a participar também. Em algum momento, o Vice-Presidente de Programa foi substituído no topo da hierarquia pelo Vice-Presidente de Pesquisa, e, finalmente, o posto foi eliminado por completo. O programa será agora trabalho do Comitê Executivo.

Creio que este é um erro do qual a ISA irá se arrepender. Em vez de submetê-lo a membros da ISA, escolhidos por suas competências e interesses, colocamos o programa sob a responsabilidade daqueles com interesses setoriais, para negociar alocações de tempo. Se o Comitê Executivo é dominado por uma “facção”, pode não produzir um programa verdadeiramente integrado. Se o Comitê Executivo é mal dividido, pode levar a um impasse disfuncional. Espero que a ISA reverta isso, dando ao Vice-Presidente de Programa orgulho de sua posição e independência.

> Os Efeitos do Tamanho

Os aspectos positivos do aumento da frequência e da distribuição geográfica são óbvios. A ISA tornou-se muito mais inclusiva. Mas a inclusão também pode significar a exclusão. Em 1959, os participantes incluíam praticamente todos os sociólogos considerados importantes estudiosos. As reuniões de pequenos grupos envolviam um verdadeiro intercâmbio de pontos de vista.

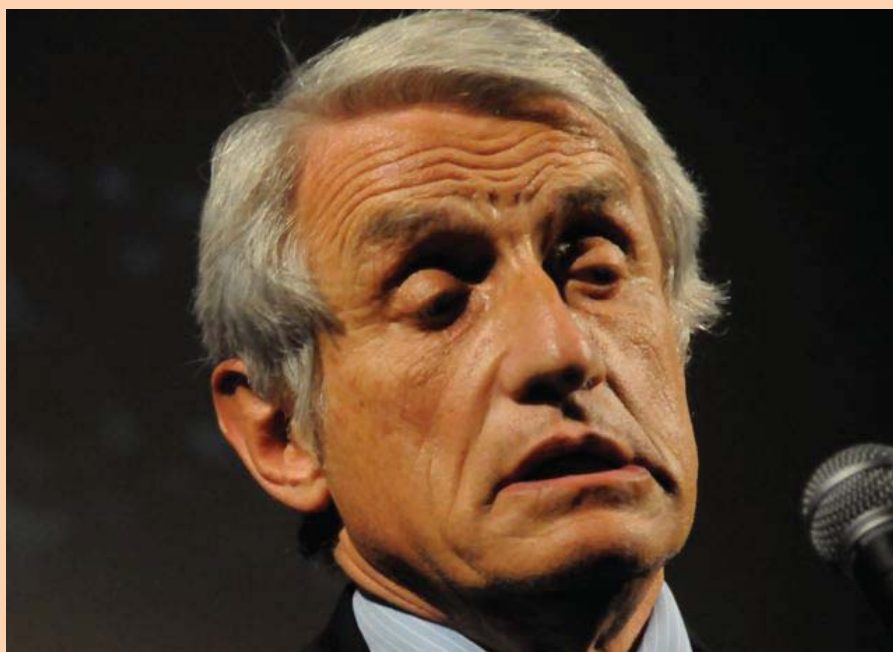
Com 6.000 pessoas, e um enorme número de comitês de pesquisa e outras reuniões especiais, não há tempo para o debate real. As sessões envolvem quatro ou cinco “papers”, abrindo-se para uma ou duas perguntas ao final. A maioria dos participantes se tornou passiva.

As pessoas que procuram debate real e/ou trabalho cooperativo se dão melhor através da organização de pequenas reuniões fora do congresso. Todos nós temos energia, tempo e dinheiro limitados. O grande tamanho permite uma maior inclusão, mas também propicia a retirada. Não há uma solução fácil. Talvez pudéssemos criar um congresso de pequenos grupos, auto-organizados, onde não há papers apresentados, mas onde o debate ocorre em torno de algum problema concreto. Isso seria muito difícil de organizar, e, talvez, a sugestão seja utópica. Mas ela aponta novamente para a necessidade de um comitê de programa não formado por aqueles cujo interesse é manter e promover interesses organizacionais particulares. ■

Contato com Immanuel Wallerstein
<immanuel.wallerstein@yale.edu>

> A contribuição da ISA à governança democrática global

Por **Alberto Martinelli**, Universidade de Milão, Itália, atual presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais e ex-Presidente da ISA, 1998-2002



Alberto Martinelli.

envolvimento da governança global democrática para um mundo melhor.

O objeto principal e a finalidade da sociologia como ciência tampouco mudaram, mas, como a ISA, eles se globalizaram. No núcleo da pesquisa sociológica reside a questão básica feita por Georg Simmel: como a sociedade é possível, ou seja, como a cooperação pode ser estimulada para que as necessidades básicas sejam atendidas, a reprodução social garantida e o conflito regulado? Essa foi uma das principais preocupações dos pensadores clássicos, dos fundadores da ISA, dos sociólogos da minha geração e da seguinte. Essa questão ainda é central, mas agora ela também deve ser feita a nível mundial; e tornou-se uma questão mais difícil, porque o mundo social do século 21 é, ao mesmo tempo, um sistema único e um mundo fragmentado.

A sociologia clássica tinha uma perspectiva mundial, seja como os teóricos da economia mundial e da sociedade, como Marx ou Pareto, seja como os grandes comparatistas, como Weber ou Durkheim. Mas, mais tarde – quando eu estudava em Berkeley, no final da década de 1960 e início da década de 1970 –, a sociologia profissional tornou-se cada vez mais confinada às fronteiras nacionais. Essa atitude não é mais possível: a globalização contemporânea não apenas implica que o mundo, como tal, é um novo objeto de estudo, mas exige que qualquer estudo específico

Olhando para trás, reconhecemos que tanto a sociologia como sua associação internacional, a ISA, fizeram avanços impressionantes; olhando para frente, percebemos que há muito mais a fazer para torná-las verdadeiramente globais. A promoção da sociologia internacional foi um dos principais objetivos da ISA desde o início. Os presidentes da ISA têm contribuído de diversas formas para a internacionalização da sociologia. Durante o meu mandato como presidente, entre 1998 e 2002, por exemplo, foi criado o Laboratório de Doutorandos, um programa que tem

crescido de forma constante, como demonstrado pelo diálogo entre sociólogos jovens e seniores em Yokohama.

No entanto, muito ainda tem que ser feito para alcançar o objetivo de uma sociologia verdadeiramente global, coisa que a ISA continuará a buscar por duas razões principais: em primeiro lugar, fomentar o crescimento da sociologia mundial melhora a qualidade do trabalho sociológico e faz com que seja mais relevante para todos; em segundo lugar, uma ISA forte contribui (juntamente com outras comunidades epistêmicas internacionais) para o de-

(por exemplo, sobre os padrões familiares na Europa ou na África ou sobre as relações laborais em uma empresa chinesa ou brasileira) não seja apenas comparativo, mas também enquadrado em um contexto global, uma vez que cada região é cada vez mais interdependente de muitas outras, e o mundo como tal está cada vez mais presente em todas as suas partes. “Glocal” já não é mais um neologismo em nosso léxico.

A sociologia de hoje e de amanhã não pode deixar de ser global. Tem que ser científica e crítica, e precisa de uma identidade clara, mas, ao mesmo tempo, deve estar aberta para desenvolver a cooperação interdisciplinar entre as ciências sociais e entre estas e as ciências físicas e biológicas. Este último requisito é um objetivo-chave institucional do Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC), a organização guarda-chuva das associações internacionais de ciências sociais e dos conselhos nacionais de pesquisa. Os programas recentes e emblemáticos do ISSC – para cujos desenvolvimentos eu, como presidente, contribuí – estão todos comprometidos com o desenvolvimento de uma cooperação científica verdadeiramente global: o *World Social Science Report*, recém-publicado, fornece um retrato rico do estado da pesquisa sociológica sobre o meio ambiente em todas as regiões do mundo; ele está disponível on-line e vale a pena ser lido. O tema do terceiro Fórum Mundial de Ciência Social (a ser realizado em setembro de 2015, em Durban) é a justiça global; convidando a todos os sociólogos a participar desse importante fórum internacional, que coincidirá com uma reavaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O programa de pesquisa ambiental de cinco anos *Future Earth* será coordenado conjuntamente pelo ISSC e pelo ICSU (a organização guarda-chuva paralela para as ciências físicas e naturais); o ISSC irá gerir especificamente as transformações do sub-pro-

jeto *Transformations for Sustainability*.

A ISA, por si só, e com o ISSC e o ICSU, desempenha um papel global, estimulando análises intelectualmente honestas e habilidosas das diferentes dimensões da globalização e sugerindo soluções eficazes para os problemas da agenda global, como a desigualdade mundial e a justiça global. Juntamente com outras associações científicas internacionais, a ISA pode contribuir significativamente para a governança democrática global de diversas maneiras. Em primeiro lugar, enquanto a maioria dos atores globais influentes – como governos poderosos, empresas multinacionais e movimentos religiosos fundamentalistas ou nacionalistas – são inspirados pelo autointeresse, pelo aumento do poder ou do ganho material, e tendem a impor uma única *Weltanschauung*, as associações científicas internacionais agem de acordo com valores universais. Todos são avaliados em termos de realização científica, capacidade de ensino e ética profissional, e não em termos de gênero, etnia, idade ou nacionalidade. Em segundo lugar, as associações científicas internacionais podem ser um antídoto eficaz contra o dogmatismo e a intolerância. Em nosso trabalho acadêmico, estamos acostumados a enfrentar visões diferentes e até conflitantes, a avaliar opiniões contrárias por meio de uma avaliação justa em termos de consistência lógica e comprovação empírica. O discurso da ciência é essencialmente antidogmático e universalista. Em terceiro lugar, ao passo que as conveniências do comércio ou as exigências da diplomacia muitas vezes convencem os governos e as corporações a fecharem um dos olhos – ou até mesmo os dois olhos – a violações dos direitos humanos básicos, as associações científicas internacionais, embora não inteiramente livres, podem ser muito mais francas e explícitas na defesa desses direitos. A ISA tem desempenhado e continuará a desempenhar um papel

relevante na defesa das liberdades de pensamento, de expressão, de ensino e de pesquisa científica. Em quarto lugar, as associações científicas internacionais, no campo das ciências sociais, apesar de enfrentarem os problemas generalizados das culturas e idiomas hegemônicos, parecem mais conscientes dos riscos de etnocentrismo.

Essas são algumas das formas mais relevantes através das quais a ISA e outras associações científicas internacionais podem contribuir para a governança global e servir como um contrapeso benéfico à dominação econômica e cultural. Mas, para serem eficazes, essas associações devem crescer no número de membros, e continuar a desenvolver seus projetos e âmbitos de atividade.

A ISA tem um papel especial a desempenhar, uma vez que a sociologia como disciplina científica tem um mandato para explorar a complexidade das relações sociais contemporâneas, para ajudar os seres humanos a viver em paz em um mundo complexo, para reconhecer a unidade na diversidade, para defender a paz, a justiça distributiva, a liberdade individual e o pluralismo cultural. Os sociólogos são relevantes quando eles não estão apenas envolvidos na pura descrição e interpretação dos fenômenos sociais. Os sociólogos são críveis quando contribuem como cientistas rigorosos e dedicados em busca de objetivos mais amplos. O mundo atual, atormentado por conflitos, precisa de bons sociólogos, as pessoas em apuros precisam de bons sociólogos, os líderes de visão limitada precisam de bons sociólogos. Vamos agir à altura de nossa responsabilidade, mobilizando os talentos e recursos da comunidade sociológica mundial. ■

Contato com Alberto Martinelli
<alberto.martinelli@unimi.it>

> O Manifesto “positivista”

Por **Piotr Sztompka**, Universidade Jaguelônica, Cracóvia, Polônia, ex-presidente da ISA, 2002-2006



Piotr Sztompka.

Acredite se puder, o Congresso Mundial de Sociologia em Yokohama é meu décimo primeiro. Entrei para a ISA em 1970, em um Congresso realizado em Varna, Bulgária, em sua primeira ocorrência na Europa Oriental. Agora, 40 anos depois, atrevo-me a olhar para trás e para frente. Como teórico, tenho o costume de procurar sempre as tendências gerais, e tenho visto duas: uma benéfica, que oferece motivo para regozijo; outra perniciosa, até mesmo perigosa.

A grande conquista da ISA foi ir além de um núcleo da Europa Ocidental e Americano, o que começou quando a

sociologia do Leste Europeu foi abraçada como parceira valiosa. Em Nova Déli, a Ásia entrou com força; no México, foi dado destaque à vibrante e rica sociologia latino-americana. Em Brisbane e, agora, em Yokohama vimos a vitalidade da região do Pacífico; enquanto a sociologia africana mostrou sua capacidade de inovação em Durban. Nós nos tornamos uma associação verdadeiramente internacional. Apenas a República Popular da China, com suas grandes realizações sociológicas e seu dinamismo, permanece distante; mas o envolvimento dos sociólogos chineses em Yokohama é um sinal promissor.

Espero que nós nos tornemos não só internacionais, mas também transnacionais. A ciência não tem uma pátria, e a sociologia não deve conhecer fronteiras nacionais. Para mim, termos como sociologia polonesa, sociologia francesa, sociologia brasileira etc. têm apenas conotações administrativas, sem nenhum significado profundo. Eu defendo “uma sociologia para muitos mundos sociais”¹

A extensão quase global da comunidade sociológica tem duas implicações. Em primeiro lugar, nossa agenda de pesquisa está sendo tremendamente enriquecida, oferecendo insights sobre diferentes formas de vida, aspirações e privações. Em segundo lugar, a sensibilidade emocional ou ética dos sociólogos em relação à pobreza, opressão, discriminação e exclusão tem sido fortemente reforçada. Mesmo que, em termos de lógica formal, os juízos de valor não sigam os fatos, como o fazem no sentido sociológico. Fatos sólidos e documentados sobre os lados mais sombrios da existência humana mobilizam impulsos morais, fomentam repulsa e transformam valores. Chamo isso de um silogismo sociológico, não um lógico². Ambas as implicações da extensão da ISA devem, portanto, ser aplaudidas.

Até aqui, tudo bem. Infelizmente, outra tendência persiste: novas fronteiras ou até mesmo paredes sólidas fazem com que a comunidade sociológica permaneça dividida, ainda que os critérios para tal divisão tenham mudado. Em meu primeiro Congresso, a divisão era geopolítica, com os sociólogos da Polônia, Bulgária, Checoslováquia e Rússia sendo tratados como parentes pobres. Aqueles entre nós que estavam atrás da Cortina de Ferro foram parcialmente respon-

sáveis: chegávamos em “delegações” organizadas com “líderes” oficiais, evitando discussões abertas e apresentando trabalhos sobre temas esotéricos, em vez de nos envolvermos em questões politicamente sensíveis (minha própria estreia em Varna envolveu um trabalho sobre a “linguagem teleológica na sociologia”).

Mas, no final dos anos 1980, quando esse muro geopolítico despençou, novas fronteiras rapidamente emergiram. Em primeiro lugar, elas eram baseadas em divisões de classe a nível mundial: os sociólogos do Sul pobre armados contra os do Norte afluente, com fortes correntes subterâneas de antiamericanismos e desconfiança em relação ao patrimônio sociológico europeu. Em seguida, as divisões identitárias entraram em erupção, e os fatores culturais, mais que os geopolíticos ou de classe, tornaram-se cruciais. Algumas cisões seguiram linhas de gênero, enquanto um novo nacionalismo enfocando raízes culturais produzia batalhas linguísticas que contestam o suposto “imperialismo da língua” inglesa.

Embora perniciosos, todos esses limites refletem divisões reais. A comunidade sociológica é um microcosmo da sociedade em geral, e se esforça para elevar-se acima das tensões e conflitos extra científicos. Compreensível, mas não perdoável.

Recentemente, no entanto, outra cisão interna apareceu, ligada a divergências epistemológicas. Alguns de nós, talvez uma maioria silenciosa escondida, acreditamos que a sociologia envolve um esforço intelectual que visa proporcionar uma melhor compreensão dos mecanismos e regularidades da vida social, por meio de uma pesquisa sistemática e metodologicamente controlável. A sociologia assim entendida está próxima da ciência concebida de forma estrita, embora tenha peculiaridades óbvias relativas às humanidades e até mesmo à arte. Se esta perspectiva não fosse tão amplamente compartilhada, nossos Congressos não incluiriam tantas peças sólidas de boa investigação sociológica, provenientes de todos os cantos do mundo.

No outro polo de uma divisão epistemológica está uma minoria franca e visível, para quem a sociologia é um projeto revolucionário que visa mobilização em massa. Há, também, o ressentimento contra toda uma tradição sociológica ocidental, privilegiando por isso algumas elusivas “sociologias autóctones”.

Sociologia como ciência vs sociologia como ação, sociologia como conhecimento universal vs sociologia como experiência em um contexto relativo: tais são as principais linhas divisórias da controvérsia. Encontro-me fortemente ao lado da primeira; Michael Burawoy me chama de o “último positivista”³. Fico verdadeiramente lisonjeado: prefiro ser o “último positivista” do que o “último leninista”. Nós sociólogos não somos bons em fazer revoluções, e aqueles

que tentam acabam com bailes de máscaras, vestindo alunos com camisetas vermelhas, ou transformando sessões acadêmicas em manifestações políticas.

O maior serviço que os sociólogos podem oferecer aos pobres, explorados, marginalizados e excluídos do mundo é entender, mediante pesquisas sólidas, os mecanismos sociais e as regularidades responsáveis pelo seu destino. Se uma pessoa realmente quer mudar uma sociedade desigual e injusta, o primeiro dever é entendê-la. Karl Marx será lembrado na história do pensamento não pelo *Manifesto Comunista*, mas sim por *O Capital*, em que ele examinou os mecanismos de classe da sociedade burguesa. Ele passou a maior parte de sua vida em bibliotecas, e não sobre as barricadas.

Um foco sobre os valores acadêmicos – a busca por descrições adequadas, explicações bem fundamentadas, melhores interpretações, compreensão mais profunda da sociedade, por meio do poder da razão, da pesquisa e de argumentos lógicos – traz um benefício adicional: ele fornece um espaço para a construção do consenso no seio da comunidade sociológica. Os valores científicos unificam, enquanto os velados interesses políticos, de classe ou culturais, causam divisões.

Voltemos ao nosso trabalho, então, deixando a política para os políticos e a ideologia para os revolucionários. A associação sociológica não deve ser uma arena de conflito ideológico, mas uma ágora de debate acadêmico. Meu sonho é uma ISA que seja mais uma sociedade acadêmica que um movimento social, sindical ou partido político; uma ISA em que as sessões se assemelhem a seminários acadêmicos em vez de reuniões políticas; em que os argumentos substituam *slogans* e o pensamento preceda a ação, em vez de segui-lo. Eu gostaria de ver a ISA unida por valores universais da razão e por uma busca pelo conhecimento, acima e além de divisões trazidas por diversos interesses particulares.

Como Antônio Gramsci costumava dizer, prognosticar em assuntos sociais é agir para fazer as previsões tornarem-se realidade. Cabe a todos nós empurrar a ISA para longe das tendências “politicamente corretas” e da moda. Parafraseando a famosa citação – aparentemente cara ao nosso último presidente –, “sociólogos de todos os países, uni-vos”. Sim, claro, mas não se esqueçam da próxima linha: “você não têm nada a perder a não ser seus grilhões ideológicos, você têm o mundo inteiro de conhecimento para ganhar”. ■

Contato com Piotr Sztompka <ussztompka@cyf-kr.edu.pl>

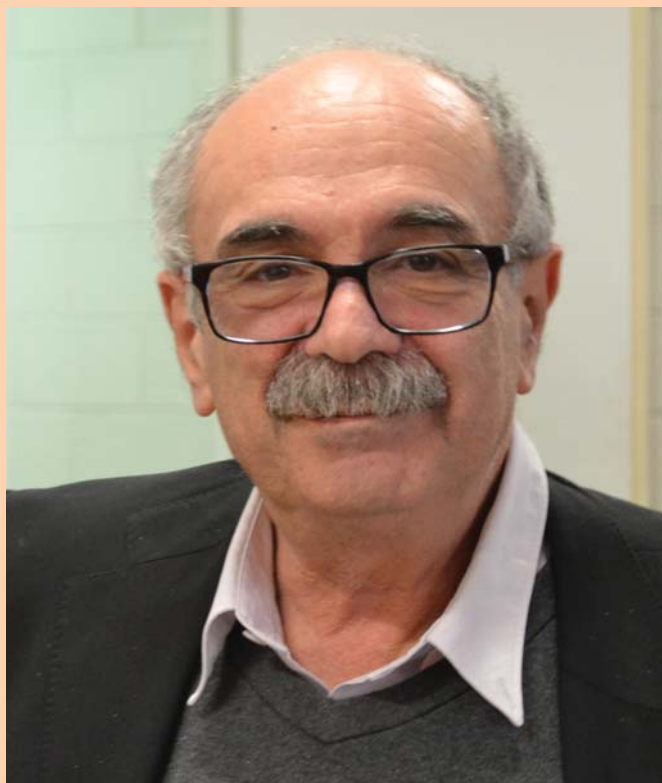
¹ Sztompka, P. (2009) “One Sociology or Many?” Pp.21-29 in Sujata Patel (ed.) *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*. Los Angeles: SAGE.

² Sztompka, P. (2007) “Return to Values in Recent Sociological Theory.” *The Polish Sociological Review*, 3/159: 247-261.

³ Ver nosso acalorado debate em *Contemporary Sociology* 40(4): 388-410.

> Digitalização, Disciplinaridade, e o mal

Por **Michel Wieviorka**, Fondation Maison des Sciences de l'Homme, Paris, França, e ex-Presidente da ISA, 2006-2010



Michel Wieviorka.

Fiquei orgulhoso e contente por ter sido presidente da ISA; ganhei enormemente com isso. Agora, quatro anos mais tarde, eu gostaria primeiramente de fazer três apontamentos sobre a nossa Associação.

Primeiro, a ISA sempre foi reconhecida por estar aberta a sociólogos que não podiam se juntar facilmente a nós por razões políticas, como foi o caso dos países comunistas durante a Guerra Fria e, mais recentemente, com a Associação Chinesa, devido a problemas diplomáticos colocados pela

inclusão da Associação de Taiwan. Fico feliz em ver o progresso real hoje, incluindo um programa interessante durante nosso Congresso sobre a Reforma e a Transformação Social na China, co-organizado por sociedades sociológicas chinesas e japonesas.

Segundo: se nós sociólogos reconhecemos a importância da diversidade cultural, ela deve estar viva em nosso meio também. É por conta disso que durante meu mandato sempre lutei pelo multilinguismo. Devemos ser capazes de nos comunicar, não só em nossas três línguas oficiais, mas também em outros idiomas, incluindo o japonês, quando nos encontramos no Japão! No México, em 1982, tivemos apenas duas línguas oficiais, inglês e francês. Porém, uma forte pressão foi feita por nossos colegas e alunos latino-americanos, o que fez com que o espanhol fosse introduzido como terceira língua oficial da Associação. E aqui, em Yokohama, eu teria gostado de ver um esforço mais ativo para evitar a regressão: nossos cartazes para este Congresso estão apenas em inglês. Nenhum esforço ou imaginação foi empregado: por exemplo, as legendas na tela durante as sessões de abertura estavam apenas em inglês; por que não, ao menos, em japonês? Nenhuma tradução simultânea foi fornecida às sessões presidenciais. Ela custa caro, obviamente; mas razões econômicas não são o tipo de explicação que os sociólogos deveriam aceitar sem discussão. Se vivemos, pensamos e lemos apenas em inglês, se elegemos nosso presidente só a partir de universidades ocidentais, para onde estamos indo? Existe o perigo de uma ocidentalização da sociologia, de um etnocentrismo baseado na hegemonia ocidental ou americana. Sim, temos também que criticar a forma como o universalismo é, muitas vezes, referido, quando ele aparece de fato como uma espécie de dominação. Temos, então, que discutir valores universais, a fim de relançá-los, mas não para impor uma nova ordem ocidental etnocêntrica a toda a comunidade de cientistas sociais.

Terceiro: a ISA é uma instituição que presta auxílio à produção e difusão do conhecimento. Sim, nós gostamos da ISA por ela ser um espaço científico e intelectual, com seus comitês de pesquisa, por exemplo; mas também precisamos de instituições para desenvolver nossas atividades individuais e coletivas. A pesquisa sociológica não deve estar subordinada a interesses de nenhum tipo, sejam eles econômicos, ideológicos ou políticos. A investigação deve ser guiada pela curiosidade do pesquisador; deve haver uma aceitação dos riscos; devemos incentivar a investigação de ponta. Não sou avesso a que a pesquisa seja economicamente rentável, mostrando-se, assim, útil; eu tenho, inclusive, praticado já a um bom tempo o que Michael Burawoy chama de “sociologia pública”, pela qual quero dizer que eu não sou um acadêmico isolado em uma torre de marfim. Todavia, se queremos produzir e difundir conhecimentos de forma responsável, precisamos da liberdade de ser reflexivos e críticos – uma liberdade que exige instituições que assegurem suas condições de existência. Gostaria, agora, de propor três desafios que nós enfrentamos como sociólogos.

> O Desafio da Era Digital

Estamos entrando em um mundo radicalmente transformado pela Internet, novas tecnologias e *big data*. A sociologia está entrando em uma nova era: nossos modos de pensar, objetos, métodos, paradigmas e nossas ferramentas analíticas estão mudando. Isto significa que existem possibilidades renovadas. Teremos que trabalhar de forma diferente, com outros atores, incluindo aqueles das artes, humanidades, ciências da vida, com novas formas de cooperação. A escrita e a publicação estão mudando, com grandes debates sobre formas econômicas de publicação, como as que envolvem o acesso aberto. As bibliotecas irão desempenhar um papel cada vez mais importante, mas ainda desconhecido. Seremos desafiados na produção de conhecimento por outros atores, que são capazes de mobilizar grandes recursos intelectuais, financeiros e práticos. Novas formas de desigualdades aparecerão, por exemplo, entre aqueles que têm acesso aos *big data*, ou ao dinheiro para usar novos e mais difíceis algoritmos, e aqueles que não o têm. Durante os últimos vinte anos, temos cada vez mais utilizado a palavra “global”; agora, estamos entrando em uma era muito diferente, que é global, mas também digital.

> Os Perigos da hiper-especialização e da disciplinaridade

Em todo o mundo, nossa disciplina está crescendo. Os jovens investigadores estão mais bem treinados - muito melhores, em média, do que a minha geração. Eles também são mais abertos ao mundo; participam de redes e possuem

uma vida internacional muito mais completa do que era comum há 30 ou 40 anos atrás. Mas eles também são mais especializados, e muitas vezes encontram-se entrincheirados na análise de um problema restrito, no desenvolvimento de uma abordagem específica, sem participar, como sociólogos, de discussões gerais – por exemplo, sobre questões políticas ou históricas. Isto coloca um desafio: como podemos resistir à fragmentação ou à hiper-especialização? Como podemos passar de nosso domínio específico para preocupações mais gerais? Isso é fundamental: é preciso combinar ou articular interesses específicos com debates mais gerais para o mundo, os níveis regionais, nacionais e locais. Para colocar o problema de forma diferente: nós devemos ser cientistas sociais e intelectuais. Não devemos aceitar as tendências para a hiper-especialização. Por isso, uma associação como a nossa e uma reunião como o nosso Congresso são tão importantes. Formamos uma comunidade global, apesar de nossas filiações nacionais e institucionais ou orientações científicas. É verdade que, no passado, alguns debates gerais foram mais ideológicos do que científicos. Mas não devemos deixar que interesses específicos destruam a participação em intercâmbios gerais.

De um modo semelhante, enquanto nós favorecemos a multidisciplinaridade, sabemos também que as universidades e os nossos sistemas acadêmicos não ajudam muito a promovê-la. Os sociólogos devem, então, estar na vanguarda para romper com o isolamento das disciplinas, desafiando as filiações disciplinares e as carreiras dos investigadores que delas dependem.

> Diante do Mal

Eu tendo a ser otimista, confiando nos movimentos sociais e nos conflitos para produzir novas relações sociais, ou então para transformar as instituições existentes. Mas, na parte do mundo onde vivo e em outros lugares, vejo a crise como algo mais forte do que os conflitos ou os movimentos sociais e culturais. O que poderíamos chamar de antimovimentos – violência, populismo, nacionalismo, racismo, xenofobia, fundamentalismo ou antisemitismo – estão crescendo; a teoria dos movimentos sociais deveria incluir a produção e o papel dos antimovimentos também. Como discípulo de Alain Touraine, eu sempre segui essa linha de análise. Devemos considerar o mal como parte de nossas preocupações. Sim, estudar os movimentos sociais e os antimovimentos é uma prioridade para a sociologia; devemos incluir, nesse sentido, a subjetividade dos indivíduos, bem como a lógica da ação coletiva, e considerar seriamente os processos de subjetivação e, com efeito, os de de-subjetivação. ■

Contato com Michel Wieviorka <wiev@msh-paris.fr>

> Por trás do tomate barato

trabalhadores migrantes no sul da Itália

Por **Mimmo Perrotta**, Universidade de Bergamo, Itália



Migrantes na colheita de tomate na Itália.
Foto por Tiziano Doria.

Em setembro de 2013, a rede nacional de televisão francesa, France 2, transmitiu uma reportagem sobre as dramáticas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais migrantes na Puglia, sul da Itália. A reportagem, *Les récoltes de la honte* (“As colheitas da vergonha”), descreveu a colheita e o processamento de brócolis e tomates cultivados na Puglia e vendidos em supermercados franceses, como Auchan, Carrefour e Leclerc, lembrando aos consumidores franceses que sua comida era barata justamente por causa dos baixos salários desses trabalhadores rurais.

Outros meios de comunicação europeus têm igualmente focado nos trabalhadores rurais migrantes no sul da Itália. Na Noruega, foi lançada uma campanha contra a exploração de colhedores de tomate da Puglia, que impeliu associações e redes de supermercados norueguesas a pedir aos sindicatos e às cooperativas italianas para promover “padrões éticos” na produção agrícola. A revista britânica *The Ecologist* publicou duas investigações interessantes. A primeira, em agosto de 2011, descreveu a cadeia de abastecimento

de “pelati” (tomates sem casca inteiros em conserva): os tomates são colhidos em Basilicata por colhedores manuais africanos, processados por empresas como a *Conserve Italia* e *La Doria* e, finalmente, vendidos pelos supermercados britânicos (Sainsbury, Waitrose, Tesco, Morrison’s). A segunda reportagem, em fevereiro de 2012, analisou a situação dos colhedores de frutas cítricas em Rosarno (na Calábria), clamando a empresa Coca-Cola e sua marca controlada, Fanta Laranja, a declarar, publicamente, quanto pagam para os comerciantes calabreses pelas laranjas.

De acordo com esses relatórios jornalísticos, a agricultura do sul da Itália é caracterizada por baixos salários, por controle despótico do trabalho sobre os colhedores – forçados a viver em casas abandonadas na zona rural ou em grandes guetos e favelas –, pelo trabalho semilegal, pela presença generalizada de intermediários na contratação de mão de obra agrícola (chamados *caporali*), e por pressões descendentes sobre os preços dos produtos agrícolas e restrições aos produtores locais impostos pelos comerciantes e pelas redes de supermercados de grande escala. Na realidade, as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais migrantes não são muito melhores em outros países europeus: os trabalhadores migrantes na agricultura enfrentam con-



dições difíceis em todo o continente, na medida em que a agricultura europeia imita o “modelo californiano” da agricultura intensiva – com exploração intensiva dos imigrantes.

Desde a década de 1970, o sul da Itália vem se tornando uma região de destino para imigrantes estrangeiros. Na agricultura, de acordo com dados oficiais, existem cerca de 110 mil trabalhadores estrangeiros no sul da Itália, e muitos deles são irregulares: tunisianos e marroquinos (principalmente nas estufas da Sicília e da Campânia), indianos (principalmente na pecuária), africanos subsaarianos e europeus orientais.

Em ambas as regiões da Puglia e Basilicata, onde realizei pesquisa de campo, o auge da demanda de trabalho para o cultivo de tomate é entre junho e outubro, especialmente na época da colheita. Os tomates vão para as fábricas de conservas em Campania, para serem transformados em *pelati* – um dos produtos alimentícios mais conhecidos e mais exportados da Itália. Todo verão, entre 13 mil e 20 mil migrantes, principalmente provenientes da África subsaariana e central e de países do Leste Europeu, vêm à procura de trabalho. Alguns trabalhadores rurais da África Subsaariana sobreviveram a jornadas terríveis através do deserto do Saara e através do Mar Mediterrâneo; muitos deles seguem o ciclo de colheita em todas as regiões do sul da Itália, colhendo frutas cítricas na Calábria, no inverno, e morangos na Campania, na primavera. Outros trabalhadores rurais africanos tinham autorizações de residência, tendo trabalhado durante anos em fábricas no norte da Itália. Demitidos após a crise econômica, agora lutam para encontrar trabalho em fazendas no sul da Itália.

Os europeus do leste são, muitas vezes, residentes permanentes; os romenos compõem o maior grupo de estrangeiros na Itália. Durante os períodos de auge de demanda de trabalho, muitos deles se mudam para o sul, temporariamente, de outras partes da Europa ou a partir de seu país de origem, voltando para casa tão logo a temporada de colheita de tomate acaba. Durante o período de colheita, os trabalhadores sazonais vivem em guetos na zona rural. Além de ocasionais “intervenções humanitárias”, eles raramente interagem com os sindicatos ou as instituições locais; assim que a temporada acaba, eles se mudam para outros guetos, em outras regiões.

O alojamento e o emprego de imigrantes são, muitas vezes, organizados por *caporali*, os intermediários informais de trabalho nas fazendas, frequentemente da mesma nacionalidade dos trabalhadores rurais, que garantem que as equipes sejam obtidas eficientemente “*just in time*” para as empresas que necessitam delas. Os *caporali* prestam serviços tanto para os trabalhadores rurais quanto para seus empregadores: eles fornecem alojamento (temporário) durante a época da colheita, o transporte para os campos, estações ferroviárias e supermercados, bem como suprimentos alimentícios, água e crédito.

Mais importante ainda, os *caporali* supervisionam o trabalho, e os empregadores pagam o *caporale* em vez dos trabalhadores rurais individuais. Para cada recipiente de 300 kg de tomates colhidos, o *caporale* recebe entre 3,5 e 6 euros; ele, então, paga os trabalhadores – depois de descontar a taxa de corretor, o custo de transporte para os campos e tudo o que os trabalhadores devem pelo alojamento, alimentação, água e crédito. Sob esse sistema de pagamento por peça, os colhedores mais fortes e mais experientes podem ganhar até 80-100 euros por dia; o mais lento, apenas algo em torno de 20 euros.

Os *caporali* derivam seu poder (e lucro) da segregação da força de trabalho e da ausência de “concorrentes”: ao contrário de outras partes da Itália e da Europa, as intervenções do governo, como quotas de trabalho sazonais, centros de emprego público ou intermediários privados “formais” (cooperativas, agências de trabalho temporário), têm pouco impacto aqui. A crise econômica aumentou ainda mais a concorrência entre os trabalhadores de diferentes países e com diferentes estatutos jurídicos, o que também fez com que fosse difícil organizar formas coletivas de ação.

Os trabalhadores têm estratégias diferentes para lidar com as más condições de trabalho, o controle despótico do trabalhador e os baixos salários. O recurso mais rentável dos romenos e búlgaros é sua mobilidade: porque eles têm a liberdade de circulação na Europa, podem ir e voltar da Europa Oriental – onde o custo de vida e os salários são ainda mais baixos do que na Europa Ocidental – e podem, inclusive, mudar para outro lugar em busca de outro trabalho. Por outro lado, o status legal mais precário dos migrantes africanos cria muitos desafios, incluindo os conflitos no local de trabalho, os conflitos “étnicos” (como a “revolta Rosarno” na Calábria, em janeiro de 2010) e os conflitos sindicais (como a greve realizada pelos trabalhadores agrícolas estrangeiros em Nardò, na Puglia, em 2011).

Em 2014, todos esses conflitos, junto com as campanhas da mídia de massa europeia, as ONGs, as redes de militantes e associações de defesa dos migrantes, levaram as administrações regionais em Puglia e Basilicata a fazer promessas de hospedar trabalhadores rurais em centros de acolhimento, incentivar as empresas a contratar trabalhadores rurais por intermédio de centros públicos de emprego e criar novos marcadores “éticos” para os tomates processados e outros produtos agrícolas. Durante a colheita de tomate em 2014, essas intervenções falharam: uma vez mais, os agricultores preferiram contratar seus colhedores pela mediação dos *caporali*, e muito poucos entre os trabalhadores sazonais queriam ser “hospedados” nos centros de acolhimento, por medo de perder o emprego garantido pelos *caporali* nos guetos. ■

Contato com Domenico Perrotta <domenico.perrotta@unibg.it>

> Greve contra as Cooperativas

os migrantes lideram o caminho

Por **Devi Sacchetto**, Universidade de Padova, Itália



Em greve contra as cooperativas e contra a lei Bossi Fini que criminaliza trabalhadores irregulares.

A Comissão Nacional de Greve da Itália supervisiona e controla o direito à greve, protegendo os consumidores contra as paralisações nos chamados serviços públicos – transporte essencial, serviços de saúde vitais, emergências locais e nacionais. Em 2013, na sequência das greves no setor de logística, a Comissão decidiu que o leite é uma necessidade básica; como resultado, interromper o transporte de qualquer marca de leite – não importa quantas marcas ainda estejam disponíveis no mercado – é considerado uma interrupção de um serviço público básico. Quando algumas centenas de trabalhadores migrantes, que foram empregados por uma cooperativa subcontratada por uma empresa chamada

Granarolo Logística, empresa italiana de comida com sede em Bolonha, entraram em greve, a Comissão vetou sua ação. Porém, muitas marcas de leite estão disponíveis em qualquer supermercado italiano. O leite pode ser uma necessidade básica, mas é difícil descrever a marca Granarolo como indispensável.

As cooperativas italianas foram formadas como mecanismo de autodefesa, no final do século XIX, por trabalhadores que esperavam evitar as piores formas de exploração e de emigração da Itália. No início da década de 1920, o sistema cooperativo estava tão firmemente estabelecido, em especial no Norte e Centro da Itália, que até mesmo o regime fascista não se atreveu a destruí-lo. No entanto, nas

últimas décadas, as cooperativas têm proliferado e sua participação em novas atividades se expandiu, na medida em que começaram a servir como subcontratadas de grandes empresas. As cooperativas têm cada vez mais respondido aos pedidos de empresas que terceirizam grandes porções de suas operações.

Com essa mudança, as condições de trabalho dentro das cooperativas – para ambos, trabalhadores sócios e trabalhadores não-sócios – têm piorado, enquanto a democracia cooperativa e a participação entre os sócios e os comitês diretores de cooperativas têm se deteriorado. A segmentação da força de trabalho em linhas étnicas é, muitas vezes, um primeiro passo em direção à desintegração da solidariedade dentro de qualquer cooperativa. Em 2011, a força de trabalho de 43.000 cooperativas na Itália somava cerca de 1,3 milhões de pessoas, cerca de 7,2%



das pessoas com um trabalho remunerado do país. Seu volume de negócios anual cresceu para 140 bilhões de euros, ou seja, 7% do PIB italiano. As cooperativas são importantes na área da logística, do grande varejo, da construção e dos serviços auxiliares pessoais e de empresa. No setor de logística, especificamente, cerca de um quarto do total de trabalhadores é empregado por cooperativas, que funcionam como subcontratantes de empresas nacionais e multinacionais. No setor de logística, algumas cooperativas desempenham o papel de agentes de mão de obra temporária legalmente autorizados.

Muitas empresas terceirizam segmentos cada vez maiores de seu processo de produção para as cooperativas, a fim de reduzir os custos e aumentar a competitividade – e as cooperativas têm cada vez menos espaço para defender a igualdade de direitos, mesmo entre os sócios, quanto mais para os não sócios. Em grandes áreas do norte da Itália, as instituições públicas locais, as cooperativas e os sindicatos estão intimamente ligados, adotando posições políticas semelhantes, se não coincidentes, com o objetivo de preservar a “harmonia social” e apoiar os interesses industriais locais. As cooperativas católicas e ex-comunistas encontram-se, agora, agrupadas na mesma associação, “L’alleanza delle cooperative italiane” (A Aliança das Cooperativas Italianas), que inclui mais de 90% de todas as cooperativas italianas. Todas elas têm de submeter-se aos imperativos da eficiência. *Legacoop*, a ex-comunista e a mais importante Confederação da “Aliança”, também é proprietária de uma das maiores agências de trabalho temporário na Itália, a *Obiettivo Lavoro*.

A manifestação dos carregadores nas cooperativas que trabalham para a Granarolo Logística é apenas uma dentro de uma série de protestos e greves que afetam o abastecimento e as comunicações no norte da Itália no período de 2011-2014. Nos últimos

dez anos, cada vez mais entre eles – muitos deles migrantes do Norte da África – têm sido empregados por cooperativas de subcontratação. Em alguns casos, os migrantes em greve foram demitidos; inclusive, eles correm o risco de perder seus direitos de residência na Itália, tornando-se, assim, imediatamente, estrangeiros indocumentados.

O primeiro protesto significativo começou em Piacenza, não muito longe de Milão, no verão de 2011, quando os trabalhadores, em sua maioria migrantes, trabalhando em cooperativas, subcontratados de uma grande empresa de transporte, baixaram suas ferramentas para exigir salários mais altos, queixando-se de um aumento da velocidade na rotina de trabalho e da falta de direitos. Os sindicatos italianos oficiais mantiveram os grevistas em espera. No entanto, a greve nesta cooperativa de subcontratação logrou sucesso: os trabalhadores conseguiram ganhar um contrato nacional, aumentos salariais, férias e auxílio para doenças, sucesso que inspirou uma ação industrial subsequente.

A campanha mais importante ocorreu em 2012, em um armazém da Ikea em Piacenza. Os trabalhadores da Cooperativa, a maioria do norte da África, demandavam melhores salários, um ritmo de trabalho mais lento e um contrato regular. Os trabalhadores entraram em greve, sentando-se em frente ao armazém da Ikea. A polícia foi chamada, bateu em todos eles, e quebraram o piquete. Depois de alguns meses de ações ocasionais e piquetes em frente de centros comerciais e shoppings da Ikea, em toda a Itália, os trabalhadores conseguiram finalmente obter melhores condições de trabalho. O exemplo logo se espalhou para outros centros comerciais da Ikea. Este movimento foi marcado por paralisações conspícuas de trabalho, piquetes e manifestações em muitas estações de transportes no coração industrial da Itália, incluindo Piacenza, Bolonha, Pádua e Verona. Estudantes universitários, jovens trabalhadores ocasionais e militantes

pertencentes a centros sociais de esquerda ajudaram os trabalhadores durante essas greves e manifestações, protestando em particular contra o uso de cooperativas como fonte de mão de obra temporária barata. Entretanto, o sucesso dessa campanha resultou, em grande medida, de sua dependência dos canais de comunicação entre os bairros de migrantes do Norte Africano e da inspiração que eles ganharam a partir das massivas manifestações da Primavera Árabe.

Muitos trabalhadores migrantes estavam bastante familiarizados com os ciclos de produção em cooperativas de subcontratação; portanto, foram capazes de minimizar as perdas nos salários, maximizando, com efeito, o dano econômico para as empresas. Além disso, trabalharam em estreita colaboração com os sindicalistas operários e ativistas. Porém, muitos trabalhadores migrantes estão procurando novas maneiras de se organizar: eles vêem os sindicatos tradicionais como engajados em manter o status quo, enquanto permitem aos gerentes terceirizar suas operações. Não surpreendentemente, os trabalhadores querem livrar-se do sistema de cooperativas de subcontratação, pois acreditam que “é melhor enfrentar a empresa mais diretamente”.

No entanto, esses eventos não parecem ter gerado maiores reflexões dentro do movimento cooperativo italiano como um todo, apesar de uma convicção generalizada entre os ativistas de que a subcontratação tem pouco a ver com as cooperativas tradicionais. Sumariamente, o movimento cooperativo na Itália tem divergido significativamente de seus objetivos iniciais e ideais. Os trabalhadores migrantes estão lembrando a todos dessa divergência – em 16 de outubro de 2014, por exemplo, uma nova greve geral dos trabalhadores do setor da logística foi amplamente bem-sucedida. ■

Contato com Devi Sacchetto
<devi.sacchetto@unipd.it>

> Homens jovens italianos lidam com a crise econômica

Por **Luisa M. Leonini**, Universidade de Milão, Itália

Michael, 22 anos, está empregado, há quase um ano, em uma casa de vinhos bem conhecida em uma área que agora está na moda em Milão. Trabalhando como garçom com um contrato de prazo determinado, ele encontrou esse emprego por inter-médio das redes sociais: seu pai trabalha como balconista em uma loja na mesma área da cidade. Embora sua principal tarefa consista em “preparar aperitivos”, Michael sente que está “crescendo” e tornando-se cada vez mais especializado e experiente em seu ramo. Em particular, Michael expressou seu apreço pelo seu empregador, que lhe ensina o básico para se tornar um *sommelier* – um profissional especializado em vinho. Na opinião de Michael, esse trabalho é o primeiro passo para um curso profissionalizante para tornar-se formalmente qualificado como *sommelier*. No geral, Michael está satisfeito com seu trabalho atual, o que lhe permite economizar alguma coisa a cada mês e pensar que algum dia ele poderá abrir seu próprio negócio.

Durante a entrevista, Michael foi questionado sobre como ele entende sua vida adulta, que ele descreveu na seguinte passagem:

Michael: Tornar-se adulto significa, em primeiro lugar, responsabilidade. Ser responsável. Porque todo mundo pode dizer: “Eu sou um adulto, tenho 21 anos e um carro”. Mas isso não quer dizer nada! Você não é um adulto, enquanto não saiba bem o que quer fazer com sua vida. Você não é um adulto, se... eu não sei como dizer isso... para mim, a vida adulta é trabalho, você sabe, trabalho e responsabilidade, dentro da família. Em comparação com o resto dos meus amigos, por exemplo, eu acho que estou mais maduro.

Pesquisador: O que você quer dizer com maduro?

Michael: Ser maduro significa também ser adulto para mim... porque eu cuido da minha família, pago as contas, cuido dos filhos pequenos da minha irmã, cozinheiro, limpo a casa e trabalho! Poucos caras da minha idade fazem isso, você sabe! Porém, mais importante, eu tenho ambições, porque quero abrir meu próprio negócio e estou tentando fazer de tudo para deixar as coisas em ordem para alcançar esse resultado.

Michael, como outros entrevista-

dos, define a idade adulta em termos relacionais, como a capacidade de cuidar dos outros, aceitar a responsabilidade para si e sua família. Essa narrativa da vida adulta é contraposta às frivolidades da juventude nas áreas de consumo e atividades sociais. O tradicional “pacote” que define um homem adulto respeitável em termos de trabalho, família e paternidade, tem um papel significativo na perspectiva de Michael. Esta narrativa peculiar é, no entanto, reforçada pela posição peculiar que ocupa em sua família: devido à separação de seus pais e à gravidez precoce da irmã, Michael percebe-se como o membro da família mais equipado para contribuir para o bem estar da família. Dentro de um quadro contextual que torna relativamente difícil para ele experimentar as frivolidades juvenis que caracterizam a vida de seus amigos – e uma vez que ele tem sido capaz de manter um emprego relativamente estável e bem remunerado –, Michael vê as dificuldades e os esforços exigidos pelo seu papel na família como marcadores valiosos da idade adulta e da masculinidade.

Em comparação com a maioria de seus amigos, Michael ocupa uma posição relativamente privilegiada dentro do mercado de trabalho no

“talvez o consumo seja o principal espaço onde esses jovens adultos possam adquirir autoestima e reconhecimento”

contexto da crise econômica, o que lhe permite preservar e imaginar um futuro onde a poupança será traduzida em capital econômico e simbólico.

Um segundo grupo de nossos entrevistados vê a vida adulta de forma muito diferente. Em contraste com Michael, eles definem a idade adulta em termos de obtenção de autonomia no domínio do lazer e do consumo, rejeitando a ideia de poupança, sublinhando que tornar-se homem significa aprender a “conviver” diariamente e a lidar com a vida e com as condições de trabalho incertas e precárias. Embora suas posições discursivas mudem um pouco, já que eles também valorizam a vida adulta tradicional, este grupo faz questão de salientar que tornar-se adulto é sinônimo de adquirir uma consciência de que “cada dia pode ser o seu último”. Assim como o grupo anterior, esses jovens são caracterizados pelo baixo nível de escolaridade (e, muitas vezes, por uma trajetória educacional marcada por interrupções); em geral, trabalham em sectores econômicos que foram mais afetados pelas consequências negativas da recessão, ou em ocupações de baixa qualificação, como trabalhadores da construção civil, faxineiros, garçons, removedores etc., que sofrem de altos níveis de precariedade.

Nossa hipótese, embora necessite ser mais bem investigada, é a de que, para este grupo específico, a entrada na vida adulta foi definida em termos das possibilidades de que dispõem.

Federico: Eu trabalho 10 horas por dia, cinco dias por semana. Ou seja, 10 horas a mais do que meu contrato estabelece. E você sabe o quanto eu ganho? 600 euros por mês. Não vejo qualquer perspectiva no setor de cabeleireiros, a menos que você abra seu próprio negócio. Ok, faz apenas um ano que trabalho lá, mas minha colega está trabalhando lá já faz 18 anos e ainda está ganhando 1.300 euros; e você não ganha a vida com 1.300 euros!

Pesquisador: O que você faz com o dinheiro que ganha?

Federico: Em primeiro lugar, eu comprei um carro! Depois, gastei em roupas. Você vê algo de que você gosta e compra, e eu não reflito muito sobre isso... Peno para ganhar esse salário miserável. É meu dinheiro, então eu vou e compro alguma coisa...

Pesquisador: Você consegue economizar alguma coisa?

Federico: Se eu consigo economizar alguma coisa eu uso para tatuagens, que é minha paixão. Espero ter uma tatuagem em meu braço inteiro, mas você sabe, tatuagens custam dinheiro [risos].

Ou seja, para esse último grupo de trabalhadores jovens, consumo e lazer são importantes domínios de investimento, permitindo-lhes desenvolver identidades adultas em termos individualistas, mediante um senso de competência e maior autonomia. Embora possa parecer contraditório que os salários mais baixos e as menores perspectivas futuras de trabalho levem esses jovens a exaltar o consumo e a incapacidade de economizar, dado o campo de possibilidades e restrições abertas para eles, talvez o consumo seja o principal espaço onde esses jovens adultos possam adquirir autoestima e reconhecimento, onde eles podem experimentar um sentimento de ser adulto competente, autônomo e independente. ■

Contato com Luisa Leonini
<luisa.leonini@unimi.it>

> Trabalho *Freelance* na Itália

Por **Alessandro Gandini**, Universidade de Milão, Itália, e membro do Comitê de Pesquisa sobre Sociologia dos Grupos Profissionais da ISA (RC52)

Nas últimas décadas, a ascensão das indústrias criativas e culturais criou um grande número de profissões fundamentalmente baseadas em mídia, que se popularizaram como “classe criativa”. Hoje, essa extensa força de trabalho convergiu em carreiras baseadas em projetos e trabalhos *freelance*, às vezes por falta de alternativas, mas cada vez mais, também, como resultado de escolhas pessoais, já que esses trabalhadores procuram um equilíbrio entre os domínios profissional e pessoal em meio a um ambiente precário.

Em Milão, as profissões *freelance* nas indústrias do conhecimento e criativas oferecem um exemplo perfeito da ascensão de uma força de trabalho focada na inovação e atratividade. A aquisição de uma reputação parece essencial para o sucesso profissional. Jornalistas, consultores, especialistas em comunicação, profissionais de vídeo – todas as figuras profissionais que se localizam a meio caminho entre precariedade e empreendedorismo – precisam lançar mão de práticas de criação e promoção de uma marca própria para engrenar no circuito de uma “economia da reputação”, necessária para conseguir trabalhos e se estabelecer com sucesso no meio. Isso é feito principalmente por meio de interações face-a-face e atividade digital em redes sociais, que se torna cada vez mais central conforme a interação ocorre crescentemente à distância. Mas esse esforço para estabelecer uma reputação frequentemente resulta em “trabalho extremo”, implicando em muitas horas e pressão por resultados, o que desafia as ideias correntes sobre qualidade do trabalho e satisfação nesse setor.

A rápida expansão do trabalho *freelance* é clara nos dados agregados sobre emprego na Europa. De um lado, o trabalho *freelance* satisfaz a crescente aspiração por uma vida profissional independente e auto-organizada; por outro, oferece também razões econômicas “tradicionais” para explicar sua popularidade.



Trabalho colaborativo em Turin para freelancers que procuram um espaço comunitário.

Mais de dez anos após a difusão laudatória da ideia de uma “classe criativa”, uma década de políticas que pretendiam estimular a atividade individual empreendedora de trabalhadores “criativos” na indústria do conhecimento acabou por gerar um mercado de trabalho composto, em grande parte, por profissionais com carreiras baseadas em projetos ou trabalhos *freelance*, a maioria vivendo nas cidades, mantendo-se em um equilíbrio instável entre precariedade e auto-empreendedorismo. Milão é sem dúvidas um exemplo paradigmático desse desenvolvimento.

> Trabalho *Freelance* em Milão

Os *freelancers* entrevistados para este estudo são trabalhadores do conhecimento ou criativos, de idades entre 19 e 60 anos, que vivem nas cidades e trabalham como profissionais independentes em comunicação, relações públicas, mídia e design. Esses “freelancers” – isto é, pessoas que tra-



balham por comissão ou por contratos, em diferentes níveis – relatam rendimento médio anual bruto de cerca de 32.000 euros. Entretanto, essa média esconde uma polarização significativa de rendimentos: mais da metade dos entrevistados ganhavam significativamente menos do que 30.000 euros por ano.

Em Milão, trabalhar como *freelancer* é geralmente visto como uma segunda melhor escolha, já que empregos estáveis padrão são preferidos. Uma respondente da pesquisa, consultora de relações públicas de cerca de 40 anos, disse que contratar freelancers é uma estratégia para pagar menos aos empregados e sugeriu que o aspecto “descolado” do trabalho geralmente oculta condições injustas de trabalho. Da mesma forma, uma jornalista freelance de 20 e tantos anos disse que trabalhar como freelancer em Milão é “uma condição da qual é melhor fugir”.

Ainda assim, segundo alguns entrevistados, trabalhar como *freelancer* oferece maior liberdade e auto-organização do trabalho, ambos considerados aspectos muito recompensadores da profissão. Uma profissional de comunicação de meia-idade afirmou que trabalhar como *freelance* significa ter de volta seu próprio tempo, uma vez que a forte conexão entre as relações pessoais e profissionais permite-a encontrar o equilíbrio entre a vida privada e a profissional.

> “Uma Economia da Reputação”

O trabalho *freelance* compreende uma dimensão de “socialização”, exigindo que uma parte significativa do trabalho seja feita por meio de gestão de relações sociais, de combinados verbais, recomendações, referências e, em última instância, por meio da reputação pessoal na rede profissional. De fato, a reputação no interior das redes profissionais parece ser o elemento que determina o sucesso profissional e a progressão na carreira de um *freelancer* independente. A importância do *networking* leva a enfatizar práticas de cultivo de uma marca pessoal para desenvolver de forma rentável a imagem de “empreendedor de si mesmo”.

Uma consultora de 48 anos, por exemplo, relatou que sua reputação no campo era algo crítico quando ela buscou “se reinventar” logo após ter que deixar seu emprego anterior em meio à crise. Depois de deixar o emprego, ela estabeleceu contatos e relações sociais com aquelas pessoas que considerava mais relevantes e de melhor reputação em seu contexto profissional. Esse “trabalho de relacionamentos” rendeu-lhe uma primeira encomenda, que depois por meio de sua rede estendida levou a um fluxo regular de trabalho. Uma parte do trabalho também veio diretamente de redes sociais, conforme os empregadores encontravam seu perfil bem cuidado no LinkedIn, combinado com seu gerenciamento profissional no Twitter. As rotinas e tarefas diárias

dos trabalhadores freelance na economia do conhecimento são, assim, muito diferentes dos deveres convencionais associados com o emprego “dependente”.

Conforme essas carreiras “de portfólio” e “sem fronteiras” proliferam na indústria do conhecimento, o grau de incorporação do trabalhador *freelance* às redes sociais, onde a informação circula substancialmente através de combinados verbais, torna-se crucial para as chances de encontrar trabalho. Uma imagem profissional nas mídias sociais se tornou algo instrumental para uma vida profissional de sucesso, já que a dimensão digital contribui para a construção de redes de contatos e ajuda a cultivar reputações à distância.

> O trabalho colaborativo é a resposta?

Enquanto as grandes empresas se envolvem cada vez menos diretamente com a contratação de trabalhadores criativos, *freelancers* e auto-empregados são estimulados a descobrir novas modalidades para a construção coletiva de relações e o gerenciamento de capital social – relações que moldam as chances individuais de recrutamento e emprego.

Todavia, isso também aumenta o trabalho em casa. Ainda que certo número de entrevistados considere essa condição satisfatória, para muitos ela cria um desejo difuso de se ver livre de rotinas alienantes do trabalho em casa. Aqui, novos arranjos organizacionais emergem, como aquele descrito por um jovem profissional que explica sua decisão de viver com seu colega em um apartamento que é, ao mesmo tempo, casa e sede de sua *startup*.

Novos arranjos urbanos parecem estar emergindo nas cidades, em resposta a alguns dos aspectos problemáticos da condição de *freelance*. O que mais chama atenção nesse sentido é a emergência de espaços de trabalho colaborativo, que oferecem um ambiente compartilhado onde o trabalhador pode alugar uma mesa e instalações similares às de um escritório e desfrutar de socialização com outros *freelancers*. Assim como outras grandes áreas metropolitanas, Milão presencia a difusão de grande número de espaços de trabalho colaborativo. Há diferentes tipos: alguns são espaços locais e de pequena escala, ocupados por pessoas que trabalham com propaganda e relações públicas; outros envolvem atores de larga escala operando modelos de franquia que promovem empreendimentos sociais e inovação social. Nesses espaços de trabalho colaborativo, os trabalhadores dividem não apenas um espaço, mas também desenvolvem o que eles denominam “trabalho de tipo código aberto”, o qual estabelece relações comunitárias. ■

Contato com Alessandro Gandini <alessandro.gandini@unimi.it>

> As Areias Movediças do sectarismo no Líbano

Por **Rima Majed**, Universidade Americana de Beirute, Líbano



Manifestantes no Líbano marchando contra o sectarismo, sob a bandeira de “Orgulho Laïque”, evocando tanto secularismo quanto “Orgulho Gay”.

“As coisas mudaram drasticamente no Líbano... Os inimigos de ontem se tornaram os amigos de hoje e vice-versa... A divisão sunitas-xiitas é uma daquelas coisas que tu realmente sentes que mudou... especialmente depois do assassinato de Rafic Hariri... Esse discurso realmente não existia antes... Pelo que sabíamos, éramos muçulmanos e lutávamos contra o projeto político dos cristãos no país... Hoje, alguns cristãos são nossos aliados e é contra o projeto político sunita que nós lutamos.”

Hassan, combatente xiita do partido Amal¹

Ainda que o sectarismo suponha relações sociais e políticas fixas, organizadas ao longo de linhas sectárias rígidas, no Líbano essas relações mudaram em um curto período de tempo. Essa rápida reconfiguração das dicotomias sectárias coloca questões importantes. O que é sectarismo e o que ele significa no contexto libanês? Como as dicotomias sectárias podem se transformar tão rapidamente em um país cujo sistema político apoia-se em um rígido balanço de poder entre os diferentes grupos?

O assassinato do ex-primeiro ministro Rafic Hariri, em 14 de fevereiro de 2005, foi um terremoto político que reconfigurou a geografia política e sectária no Líbano. Desencadeou as maiores manifestações da história do país, dividindo-o em dois grupos: a “Coalizão de 8 de março”, que reafirmou sua aliança com a Síria e acusou os Estados Unidos e Israel de assassinarem Hariri; e a “Coalizão de 14 de março”, que acusou diretamente o regime sírio de estar por trás do assassinato. Inicialmente, os eventos que se seguiram ao assassinato de Hariri pareceram enigmáticos: ambas as coalizões incorporaram partidos que haviam sido inimigos



ferrenhos alguns anos antes. A coalizão anti-síria reuniu muitos membros, principalmente das comunidades cristã, drusa e sunita; enquanto as contra-manifestações realizadas por grupos pró-sírios incluíam principalmente xiitas que se reuniam sob os partidos Hezbollah e Amal, aos quais se juntou um ano mais tarde o partido majoritariamente cristão do Movimento Patriótico Livre (*Free Patriotic Movement*). Era a primeira vez desde a guerra civil de 1975-1990 que os principais partidos de cristãos e de muçulmanos no Líbano se mobilizavam juntos por uma causa política.

Ainda que, a princípio, tenha-se dado muita atenção à reconciliação entre os dois grupos confessionais, a divisão crescente no país foi rapidamente re-enquadrada como uma divisão entre os “sunitas” e os “xiitas”. Em maio de 2008, a crise política saiu do controle. Em 7 de maio, combatentes do Hezbollah e seus aliados se mobilizaram para tomar a capital, Beirute. A violência rapidamente se espalhou para outras partes do país, e as cidades de Tripoli e Shouf presenciaram os confrontos mais brutais e violentos. Embora muitas facções (alguns partidos drusos, cristãos e alauitas, assim como alguns partidos políticos não-sectários, como o Partido Sírio Socialista Nacionalista) tenham se envolvido nos combates, a violência foi geralmente enquadrada como um conflito “sunitas-xiitas”.

Sectarismo e política são dois lados da mesma moeda no Líbano. A organização política da sociedade de acordo com linhas sectárias e a adoção da democracia consociacional como base do sistema político fez com que a política e as identidades sectárias se entrelaçassem. Além do mais, a maioria dos partidos políticos baseiam-se em comunidades sectárias claramente definidas, tornando mais fácil que os conflitos políticos se tornem sectários. No entanto, a saliência das divisões sectárias depende principalmente da habilidade dos grupos opositores de competir em termos de tamanho, poder político, capacidade econômica ou poderio militar.

Mesmo que a maioria das análises da sociedade libanesa se concentrem no sectarismo, elas geralmente não conseguem dar conta dos fatores políticos e econômicos que movem o sectarismo libanês. Enquanto todas as identidades sectárias são socialmente relevantes, apenas algumas se tornam politicamente salientes. Em outras palavras, o que importa para entender a dinâmica da sociedade libanesa não é o sectarismo em si, mas sim a politização do sectarismo.

Mesmo no nível individual as identidades sectárias vão além das afiliações religiosas, envolvendo claras conotações políticas e sociais. Dizer que alguém é “sunita” ou “xiita”, no contexto libanês, diz respeito não apenas à religião herdada, mas, mais importante, indica filiação política, pertencimento social e lealdades comunitárias. Identidades políticas e sectárias são frequentemente usadas de forma intercambiável. Isso explica porque a identidade cristã deixou de ser

politicamente relevante no discurso sectário mais amplo atualmente, ainda que permaneça relevante socialmente. O fato de que a comunidade cristã está dividida de acordo com linhas políticas entre as coalizões de 8 de março e de 14 de março tornou-a menos relevante na polarização política do país. Esse exemplo mostra que o conteúdo e as fronteiras das clivagens sociais no Líbano estão em fluxo constante, e que as identidades estão constantemente em processo de definição e redefinição conforme as fronteiras políticas mudam – reconhecer isso vira de ponta-cabeça a abordagem “primordial” que vê o sectarismo como inato e imutável.

Conquanto o assassinato de Hariri tenha sido o marco de uma mudança que reconfigurou as relações sectárias pré-existentes, as raízes dessa mudança estão nas variáveis socioeconômicas e políticas internas, somadas à cambiante geopolítica do Oriente Médio e ao papel de forças externas, tais como Irã, Arábia Saudita, Síria, Israel e os Estados Unidos. A relevância cada vez menor da divisão “cristãos-muçulmanos” no Líbano e a ascensão da divisão “sunitas-xiitas” podem ser atribuídas ao enfraquecimento político dos “cristãos” e ao crescimento do poder dos “xiitas”.

O Acordo de Taif, que pôs fim à guerra civil, em 1990, alterou a Constituição dando mais poder político aos “sunitas”, mais poder militar aos “xiitas” e marginalizando os “cristãos” ao diminuir a importância do Presidente da República. Fatores socioeconômicos também contribuíram para a reformulação do discurso sectário. A mobilidade social ascendente da comunidade xiita, produto da urbanização e da migração, elevou muitos xiitas à posição de investidores-chave e atores proeminentes na economia libanesa. De forma similar, as políticas de reconstrução neoliberais de Hariri, após a guerra civil, reestruturaram as relações de classe em Beirute, criando uma nova classe de elites econômicas que emergiu em detrimento dos antigos proprietários de terras e negociantes de Beirute (sobretudo cristãos e sunitas). Somado ao poder político proporcionado pelo Acordo de Taif, as comunidades sunita e xiita do Líbano saíram da guerra civil como os dois grupos mais poderosos capazes de competir pelo poder.

Como em qualquer outro lugar, o conflito do Líbano é essencialmente econômico e político; ele assume diferentes formas e enquadramentos quando se intersecta com as identidades, mas essa intersecção não o torna essencialmente uma guerra de identidades. É imprescindível na análise de qualquer sociedade fragmentada conhecer a natureza cambiante do sectarismo e dissecar os fatores estruturais que o tornam mais ou menos relevante politicamente em determinados momentos. Uma abordagem como essa é claramente necessária atualmente para analisar os conflitos na região árabe e a emergência de movimentos extremistas como o Estado Islâmico no Iraque e na Síria. ■

Contato com Rima Majed <rima_majed@hotmail.com>

¹ Hassan é o pseudônimo de um de meus entrevistados. Ele participou na guerra civil de 1975-1990 e voltou às ruas no episódio violento de maio de 2008.

> Cultivando a “safra amarga” em uma Zona de Guerra no Líbano

Por **Munira Khayyat**, Universidade Americana no Cairo, Egito



Passar a colheita do tabaco colhido para a secagem depende quase que exclusivamente sobre o trabalho doméstico das mulheres, crianças, e, ocasionalmente, dos velhos.

Foto por Munira Khayyat.

stalando infraestruturas emblemáticas e rapidamente abandonadas, como cisternas que permitiriam formas “alternativas” de agricultura. Mas os habitantes do sul do Líbano não abrem mão do tabaco. Para eles, o tabaco é sinônimo de vida: a renda que ele garante não pode ser dispensada em um contexto de tanta insegurança existencial. É uma boia de salva-vidas para os habitantes dessa zona de fronteira, frequentemente invadida ao longo de anos de conflitos, invasões, ocupações, negligência e forte violência estrutural..

Hoje, o tabaco está em alta. Desde o último ciclo de guerra no sul do Líbano, em 2006 (chamado localmente de “Guerra de Julho”), o tabaco viu um crescimento sem precedentes – apesar do fato de que nas últimas horas daquela violenta ofensiva, que durou meses, a Força Aérea israelense lançou milhões de bombas de fragmentação no sul do Líbano, em um ato de guerra contra o terreno que é garantia e sustento. A colheita daquele ano foi triturada, arruinada e murchou antes de crescer. Mas mesmo diante da devastação, o povo do sul do Líbano voltou a rapidamente a cultivar sua confiável safra.

Há tantas rupturas violentas acontecendo no mundo árabe – especialmente naquele agitado canto do Mediterrâneo oriental onde as guerras da Síria e do Iraque continuam a se desenrolar, irradiando-se à sua volta – que é difícil, senão impossível, notar os ritmos e práticas mais contínuos que seguem prosaicamente, o ciclo de atividades que subjaz a luta diária pela vida em contextos inóspitos, ou mesmo impossíveis. Um desses ciclos, que é especialmente contínuo, é a safra de tabaco deste ano, que já cobre as colinas do sul do Líbano de um verde elétrico, indicando o auge do verão. Os meses de junho, julho e agosto são temporada de tabaco nas colinas áridas do sul do

Líbano, e tem sido assim há séculos. A colheita do tabaco tem ajudado os persistentes habitantes desses lugares a se sustentarem em meio a repetidos períodos de rupturas.

Chamado de “a safra amarga”, o tabaco é cultivado em pequenas propriedades ao longo das colinas do sul do Líbano para a empresa estatal monopólica *Régie Libanaise de Tabacs et Tombacs*, mais conhecida pelos que insistentemente produzem para ela como Régie. Sim, o tabaco é uma mercadoria vil, intensiva em trabalho, cancerígena, em cuja produção há muita exploração; agentes ambientais ou humanitários percorrem o sul do Líbano propagandeando cultivos substitutivos, como o tomilho, ou in-

Hoje os campos de tabaco varrem o sul, tomando o lugar de antigos pomares de azeitonas e frutas, substituindo a agricultura de subsistência pela dependência cada vez maior de bens comprados no mercado (porque “não se pode comer tabaco”). Em um terreno pontilhado de minas terrestres, bombas de fragmentação, infraestrutura militar e zonas de acesso interditado, o tabaco está também suplantando os rebanhos, que precisam ser pastoreados em territórios que estão cada vez mais militarizados. O sul se apoia em um cultivo e em uma mercadoria que vêm se tornando cada vez mais marginalizados, restringidos e regulados no mercado global.

O tabaco é uma planta resistente que floresce em colinas áridas. Ao longo de sua vida curta (fevereiro a abril como muda, maio a agosto como planta que recobre os campos), alimenta-se do orvalho do amanhecer, dispensando irrigação. É uma cultura muito versátil para áreas rurais empobrecidas, pois não precisa de qualquer infraestrutura ou espaço adicional: casas semiconstruídas (ou semidestruídas), quintais, terraços em encostas, pedaços de terra irregulares, com frequência pedregosos. Conta com uma força de trabalho prontamente disponível: mulheres, crianças e idosos que habitam as pequenas propriedades dos “vilarejos de linha de frente”, cujos homens fisicamente aptos trabalham no exterior ou nas cidades libanesas. A população residual desses vilarejos parcamente habitados trabalha intensamente na safra que garante ao menos uma renda familiar suplementar, ano após ano.

Apenas aqueles que possuem licenças – que são limitadas em número e muito valiosas – podem cultivar ou vender tabaco. Antes do ativismo trabalhista em torno ao tabaco, nos anos 1960 e 1970, as licenças de tabaco concentravam-se nas mãos de poderosos proprietários, donos de quase toda a terra. Os pequenos produtores de hoje são descendentes dos ar-

rendatários que antes trabalhavam a terra. Quando esquentou o conflito de guerrilhas no sul do Líbano nos anos 1960 e 1970, muitos senhores de terras foram embora para as cidades; “seus” camponeses, que ficaram para trás, na terra, usaram o dinheiro enviado através de redes de emigrantes na África, na América Latina, na Austrália e em outros lugares para comprar pequenos lotes de terra, adquirindo também, eventualmente, licenças de tabaco. Muitos camponeses aguentaram firme em seus lugares as invasões, os 22 anos de ocupação israelense da faixa fronteiriça, a subsequente era pós-ocupação e a guerra de 2006. Passando por isso tudo, plantaram tabaco e conquistaram certo controle sobre sua produção, não deixando de lutar contra os poderosos pelas licenças.

O que explica o sucesso do tabaco na região sul do Líbano? Por que o tabaco, a safra amarga, é o amigo leal dos pobres esquecidos e oprimidos?

Em um primeiro nível, trata-se do que funciona. E de quem trabalha. A demografia e a geografia, assim como os ritmos espaciais e temporais do sul do Líbano, criam um ambiente em que o cultivo do tabaco viceja – e, com ele, a vida rural pode continuar em um meio que, de outra forma, seria inóspito. Em outro nível, o sucesso do cultivo é estruturado e tornado possível pelo Estado libanês, que faz um lucro imenso no mercado global de tabaco, ainda que com base em um pacto estabelecido como um generoso contrato social: o Estado paga preço fixo (8 a 13 dólares por quilo) aos produtores licenciados, independente das flutuações globais de preços.

Esse contrato é tanto amado quanto odiado pelos produtores: a renda garantida prende-os a uma indústria exploradora e destrutiva, mas imensamente lucrativa. O Estado libanês enquadra o “subsídio do tabaco” como se fosse um cuidado pastoral por seus cidadãos necessitados, mas também embolsa com alegria os lucros massivos de seu comércio global.

Há duas narrativas sobre o tabaco libanês. Uma delas orbita em torno a temas como vida, trabalho e amor: muitos sulistas de sucesso atribuem-no ao fato de que suas famílias puderam cultivar tabaco, usando o dinheiro para manda-los à escola. Quem trabalha diretamente no cultivo – a grande maioria, mulheres – falam com orgulho de suas habilidades na colheita, separação, enrolação e secagem da colheita. Aos seus olhos, seu tabaco é “o melhor do mundo”.

Outra narrativa é a de quem compra o tabaco, os funcionários da Régie, que falam, ao contrário, de qualidade irregular, ou mesmo duvidosa. Eles se queixam de ter que comprar as colheitas de pequenas propriedades sul afora – e uma mercadoria pouco confiável, que tem que ser selecionada novamente e reembalada, e então armazenada em galpões por longos períodos enquanto a empresa estatal negocia com as companhias globais de tabaco, que precisam comprar uma porcentagem da colheita anual de tabaco libanês em troca de uma parcela igual no mercado comercial de tabaco do país. Alguns sugerem que muito do tabaco laboriosamente cultivado do sul do Líbano simplesmente acaba estragando. As agudas diferenças entre as duas narrativas evidenciam a natureza controversa do cultivo.

Apesar de seu destino último e seus usos controversos, e por causa da escassez de alternativas igualmente confiáveis, o cultivo do tabaco segue sendo uma boia de salva-vidas no sul do Líbano. Os “vilarejos de linha de frente” da fronteira libanesa são os mais ávidos plantadores da “safra amarga”. Ao trabalhar na produção de uma mercadoria que vende consistentemente e a um preço estável, os camponeses do sul do Líbano engendram uma forma de estabilidade que leva a um modo de vida de relativo sucesso em um espaço constantemente sujeito a ruptura, destruição e violência. ■

Contato com Munira Khayyat
<mk2275@columbia.edu>

> Apertando o Parafuso da Avaliação

A Degradação do Ensino Superior

Por **John Holmwood**, Universidade de Nottingham, Reino Unido, e membro do Comitê Executivo da ISA, 2014-2018

Muitos comentadores sugeriram que a e “[nova gestão pública](#)” dos serviços públicos por meio da “avaliação” se esgotou, e até mesmo que essa abordagem foi substituída pelo interesse no “[valor público](#)” isto é, a preocupação em maximizar o valor de um serviço para o público). No Reino Unido, essa sugestão parece bastante vazia, ao menos no que diz respeito às universidades. [Reformas recentes](#) negaram o valor público das universidades, tratando-as apenas dos ponto de vista de sua contribuição para o crescimento econômico e do investimento em capital humano para assegurá-lo, concebendo os estudantes como “consumidores”. Nesse contexto, permanece absoluto o uso da “avaliação” com a finalidade de moldar as universidades, abrindo-as para os processos mercadológicos e reforçando o controle administrativo.

No Reino Unido, a comunidade universitária aguarda neste momento pelos resultados da avaliação acadêmica 2014 (a “REF” [Research Excellence Framework]), que deverá sair em dezembro. A REF é realizada em ciclos de seis anos e determina parte do orçamento dos departamentos (as outras fontes de dinheiro são as taxas estudantis e as solicitações de verbas externas). A distribuição das verbas depende de pontuações atribuídas a publicações que são avaliadas por uma comissão acadêmica de revisão por pares. As pontuações são tornadas anônimas e agregadas, e cada unidade recebe uma pontuação por seu ambiente de pesquisa e por qualquer impacto externo, não-acadêmico, de suas pesquisas.

A REF toma muito tempo dos departamentos e acarreta custos consideráveis para as instituições que administram o processo. O processo também foi criticado pela forma como encoraja a pesquisa “segura”, aquela que provavelmente será julgada positivamente pelas comissões, estimula a prática de “jogos” por parte das instituições e reduz a cooperação, pois força as universidades a centralizar a gestão da pesquisa.

Até agora, não houve ligação direta entre a macro-gestão das estratégias e objetivos da pesquisa universitária como um todo e a micro-gestão de acadêmicos individuais, pois os pareceres das comissões estão sujeitos ao *Official Secrets Act*, permanecendo, assim, anônimos. Entretanto, isso está para mudar. O órgão responsável pela REF, *The Higher Education Funding Council for England* (HEFCE), realiza no momento uma [consulta sobre a “metrificação” da REF](#).

Essa proposta foi considerada e rejeitada antes da avaliação de 2001, mas agora voltou – não porque as dificuldades metodológicas quanto ao uso de dados bibliométricos ([incluindo as diferenças de práticas de citação nas distintas áreas](#)) foram superadas, mas porque o vasto crescimento dos dados disponíveis fez com que valesse a pena tentá-la.

A “metrificação” da REF é um projeto de “Big Data” a que cada acadêmico aporta dados ao publicar e citar publicações que estão disponíveis para buscas online. Além disso, o sistema atual é tão caro que companhias privadas – por exemplo, *Thomson Reuters* – podem oferecer dados métricos a um preço mais baixo. O parecer profissional por uma comissão de pares seria então substituído por juízos difusos [“crowd-sourced”] – a versão neoliberal de liberdade acadêmica sujeita a uma quase-mercado. É verdade, os acadêmicos britânicos têm sido cúmplices da REF enquanto uma “co-produção”, mas a sua metrificação permitiria que ela se tornasse simplesmente uma ferramenta de gestão associada a uma empresa contratada de “big data”.

David Eastwood (um membro da equipe do [Relatório Browne](#) que recomendou substituir o financiamento público da educação superior por taxas estudantis e é um dos principais defensores do projeto neoliberal de um mercado global de ensino superior) sugeriu que [a metrificação poderia ser ainda usada como um meio de internacionalização](#). A internacionalização da REF, feita por meio de revisão por



“os “Big Data” agora oferecem uma “oportunidade de vender” ”

pares, seria grande demais, cara e provavelmente causaria reações hostis por parte de acadêmicos fora do Reino Unido. Ainda assim, Eastwood sugere que a Grã-Bretanha poderia se beneficiar da boa reputação internacional da REF – algo que muito provavelmente seria mais aceito por administradores de universidades e ministros da educação do que por acadêmicos. Financiadores e gestores públicos fora do Reino Unido seriam convidados a colaborar com o projeto e, é claro, provavelmente também estariam sujeitos ao *lobby* das companhias privadas.

Tudo isso foi feito sem discussão pública, longe tanto dos acadêmicos quanto do público mais amplo que têm interesse no futuro da educação democrática. Liberdade acadêmica pode não ser o mesmo que liberdade democrática, mas esta se serve dela.

A REF já sujeita a pesquisa acadêmica a uma formatação burocrática por meio da gestão que visa maximizar a alocação de recursos, mas sua metrificação permitirá que ela se torne uma ferramenta de micro-gestão. O fato de que uma REF baseada nesses dados desagregados se baseia em dados públicos significa que acadêmicos individuais poderiam ser “rastreados” (algo que não é possível na versão atual). Qualquer companhia que ofereça o serviço de agregação de dados com a finalidade de classificar departamentos (nacional e internacionalmente) será também capaz de oferecer o mesmo serviço a departamentos individuais para que tomem decisões a respeito de contratações. De fato, a bibliometria foi inicialmente desenvolvida no começo dos anos 1970, precisamente para essa finalidade; os “Big Data” agora oferecem uma “oportunidade de vender” [“*marketable moment*”] (a versão neoliberal de uma “oportunidade de ensinar” [“*teachable moment*”]).

Uma ilustração dessa micro-gestão fica evidente nas ações recentes de uma universidade inglesa – chamemo-la Russellton, para indicar sua pertença ao grupo Russell de universidades autoproclamadas “de elite”. Primeiro ela introduziu um modelo de trabalho baseado em horas, para que pudesse registrar o tempo gasto em diferentes tarefas acadêmicas e torná-lo disponível ao escrutínio da admin-

istração central; [escrevi sobre isso em outro lugar](#). Agora, introduziu uma estratégia de pesquisa baseada em mensuração da produção, com três aspectos: “objetivos”, “metas” e “mecanismos”. Aqui vai um trecho do pesado documento (especialmente pesado, considerando a estreiteza de sua visão):

- **Objetivo 2:** Aumentar o número e a proporção de resultados de alta qualidade publicados pelos pesquisadores da Universidade de Russellton;
- **Meta 2.1:** Alcançar e manter uma pontuação no REF acima da média atual do Grupo Russellton, de 2.71 (novos patamares por estabelecer a partir da REF 2014);
- **Meta 2.2:** Melhorar a qualidade do portfólio de pesquisa da Universidade, conforme mensurado pelo impacto de citações de três anos ponderado por áreas, em 20 por cento até 2020 (1.68 em 2013);
- **Meta 2.3:** Duplicar a proporção de publicações entre os resultados 10% mais citados em um período de três anos (21% em 2013);
- **Meta 2.4:** Aumentar a proporção de publicações com co-autoria internacional para acima de 55% em um período de três anos (40% em 2013);
- **Meta 2.5:** Aumentar o número de citações institucionais com contribuições de todas as disciplinas acadêmicas em 30% em um período de três anos (62,413 em 2013) [...]
- **Mecanismo 2.5:** Incorporar a utilização de acesso aberto, citações, índices-h e bibliometria de forma geral em vista da promoção de indivíduos excelentes e para a avaliação da produtividade e qualidade dos grupos de pesquisa, onde se pode estabelecer padrões para o trabalho colaborativo e em co-autoria.

Assim, o aperto do parafuso da avaliação está reduzindo a substância da vida acadêmica a “momentos mensuráveis”, com a subordinação da liberdade acadêmica a juízos mercadológicos de valor. É isso que a HEFCE quer trazer a uma universidade perto de você por meio da internacionalização da avaliação. ■

Contato com John Holmwood <jholmwood@ias.edu>

> Os Ciganos invisíveis do Egito

Por **Alexandra Parrs**, Universidade Americana no Cairo, Egito



30

| Dom egípcio – presente, mas invisível. Ilustração por Arbu.

Surpreende a muitos egípcios que a palavra “gypsy” (“cigano”) origina-se de “egípcio”: um engano medieval ligou os misteriosos viajantes do Oriente ao Egito. Continua impressionando os egípcios ainda hoje que haja ciganos egípcios – ou, pelo menos, que há grupos de pessoas às vezes identificados como ciganos do oriente, ou “dom”, que são frequentemente vistos como possuindo os poderes psíquicos e mágicos atribuídos aos “roma” europeus, e que passaram por marginalização similar colada ao status de pária.

Os ciganos do oriente são chamados dom; diferentes subgrupos são identificados na Síria, na Turquia, em Israel e no Egito. No entanto, apesar de os dom e os roma terem sido dramaticamente estigmatizados na maioria da Europa e em alguns países do Oriente Médio, os dom no Egito não são oficialmente reconhecidos, em parte porque a religião é a forma principal de identificação no país. A cédula nacional de identidade egípcia, que contém a religião de seu dono,

oferece três possibilidades: cristão, islâmico ou judeu. Até muito recentemente, pessoas que fossem de uma religião distinta das oficiais simplesmente não podiam ter uma cédula nacional de identidade. Por que a religião é o marcador principal, outros tais como etnicidade não são usados; grupos cuja identidade seria definida em termos étnicos – os beduínos, núbios e, é claro, os dom, são socialmente ignorados.

Na falta de categorização com base em identidades ou qualquer representação estatística, é praticamente impossível estimar o tamanho da população dom do Egito. As principais fontes de dados são organizações evangélicas, que estimam que o grupo inclui entre um e dois milhões de pessoas, a maioria muçulmanos. Os dom no Egito são divididos em diferentes subgrupos ou tribos, um conceito que é especialmente significativo no contexto do Oriente Médio. Entre os nomes de tribos estão os ghagar, os nawar, os halebi – palavras que são também insultos em árabe. As



organizações evangélicas sugerem que os *ghagar*, que significa “mendigo”, são o maior grupo dentre os *dom* do Egito.

Uma vez que os *dom* não existem oficialmente, não têm havido quaisquer tentativas de erradicá-los ou assimilá-los. Na Europa, a integração forçada e a marginalização parecem ser os únicos destinos possíveis para os grupos roma, cujo nomadismo foi frequentemente percebido como rebeldia ou ligação com compromissos estranhos. No Egito, ao contrário, o nomadismo foi historicamente um aspecto integrado da sociedade, mesmo que já no século XX os nômades fossem considerados anacrônicos; além disso, o nomadismo no Oriente Médio esteve mais associado com beduínos e pastores nômades, não com ciganos.

O Estado egípcio, assim, parece ignorar a existência dos ciganos; mas, eles estão presentes nas representações coletivas e na imaginação? Nabil Sobhi Hanna fez pesquisas etnográficas, cerca de 50 anos atrás, entre as comunidades *ghagar* semi-nômades na área de Sett Ghiranaha, na região do delta do Nilo. Os *ghagar* que ele descreveu costumavam viver nas proximidades dos vilarejos e tinham ocupações muito específicas: mercadores de mulas e cavalos, ferreiros e artistas. Mais recentemente, muitos se estabeleceram nas cercanias do centro do Cairo, Syida Zeinab ou na infame Cidade dos Mortos, onde eles são ferreiros, “faz-tudo”, mercadores de lã, tosquiadores, seleiros, músicos e dançarinos ou, ainda, mascates. Eles às vezes apelam para a mendicância, como muitos moradores pobres das cidades. Seus vizinhos na Cidade dos Mortos são os *zabaleen*, coptas ortodoxos que costumam ser coletores de lixo. Embora a maioria dos *dom* seja sedentária, suas atividades atualmente ainda estão ligadas a mobilidade espacial de curto alcance: fazem trabalhos temporários, ocupam casas alugadas e podem se mudar de um lugar ao outro dentro da mesma vizinhança. Eles ainda parecem existir nas margens da sociedade egípcia.

Ainda que a maioria dos egípcios não perceba a presença de ciganos, ao pensar um pouco melhor muitos dão-se conta de que realmente há ciganos no Egito, mencionando que podem ter encontrado algumas mulheres lendo a sorte, viajantes em áreas rurais, ladrões e artistas de rua em festivais religiosos. Os *dom* não são completamente identificados, mas parecem existir nas margens do subconsciente das pessoas, e podem se materializar facilmente em contextos específicos e de forma fragmentada.

A figura do “cigano” é mais comumente presente no campo: eles podem acabar pertencendo a mais uma tribo no complexo sistema rural. Os ciganos são conhecidos de forma fragmentada por sua contribuição à música egípcia ou através das *ghawazee*, dançarinas do ventre, da tribo *nawar*, que são conhecidas como belas sedutoras. As *ghawazees* eram dançarinas de harém, banidas do Cairo no século XIX – para serem mais tarde romantizadas em filmes como o *blockbuster* dos anos 1950 *Tamr Hindi*, no qual um jovem

rico se apaixona por uma *ghawazee* e tenta fazer dela uma mulher respeitável. Ele falha, e a *ghawazee* permanece no lugar a que pertence. Algumas fronteiras não podem ser atravessadas.

Os ciganos também atuam como artistas durante os *Moulids* – que são em parte peregrinação, em parte carnavalesco e em parte cerimônia islâmica mística. No Egito, os *Moulids* não se limitam ao aniversário do Profeta (*Moulids* em Nabi), mas também podem celebrar os santos sufis locais, o que costuma atrair a atenção das autoridades, porque os *Moulids* são aprovados pelas autoridades xiitas e sufis, mas não pelas sunitas, a maioria no Egito. Apesar da desaprovação oficial, os *Moulids* são amplamente praticados; assemelham-se aos carnavais cristãos, um período de anarquia e licenciosidade, em que as normas usuais podem ser quebradas: a segregação de gênero é deixada de lado, tabus sexuais são esquecidos, as pessoas dançam em estado de histeria geral. Os *dom* são parte importante do *Moulids*, o que não surpreende dado sua associação com o entretenimento e as artes imorais. As mulheres dançam e os homens tocam música. As mulheres *dom* fazem o que mulheres respeitáveis não fariam, tendo aquele tipo de papel intermediário que as mantém na categoria *simmeliana* de estrangeiro.

Quem são os ciganos do Egito, então? Não reconhecidos oficialmente, são conhecidos pela população como nômades e mercadores de cavalos no Egito rural, ou como artistas, dançarinos de *Moulids* e *ghawazees*, leitoras de sorte e pedintes em áreas mais urbanas. De qualquer forma, são em geral parte das comunidades egípcias mais pobres; são marginalizados e ignorados. Da mesma forma que Edward Said sugeriu que o Oriente foi moldado pelos orientistas europeus no século XIX, os ciganos foram “outreados” e construídos como outros exóticos (orientais) dentro das fronteiras da Europa. Ironicamente, no Egito os ciganos também foram orientalizados: as características atribuídas a eles são impressionantemente parecidas àquelas associadas com o Oriente, ou com os ciganos, na Europa. A tricotomia de perigo, repulsão e atração, que foi associada aos homens árabes (fanáticos perigosos etc.) ou mulheres (sensuais criaturas de harém etc.) também é associada aos ciganos. Os homens são vistos como traiçoeiros e ladrões, e as mulheres como misteriosas, perigosas (adivinhas, feiticeiras) e tentadoras, como dançarinas do ventre, *ghawazees* ou prostitutas.

Estudar os *dom* no Egito é particularmente fascinante por causa das questões que as suas experiências colocam: há práticas e identidades ciganas transnacionais que abarcam fronteiras e Estados-nação? Como essas práticas e identidades são construídas e qual sua função? Os *dom*/roma são os eternos párias? Eles são a ameaça eterna à identidade nacional? E como um país como o Egito lida com as minorias, tanto religiosas quanto não-religiosas? ■

Contato com Alexandra Parrs <aparrs@aucegypt.edu>

> Casais binacionais sob suspeita na França

Por **Manuela Salcedo**, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França
Laura Odasso, Université Libre de Bruxelles, Bélgica, membro do Comité de Pesquisa da ISA em Biografia e Sociedade (RC38)



Protesto contra o assédio aos casais binacionais em Bobigny, Paris.
Foto por Fabrice Gaboriau.

“Foi uma loucura! O governo francês dá ordens às autoridades marroquinas e Consulados para evitar abusos, mas há casais comprometidos como nós que estão a pagar o preço de políticas muito diferentes na França [...] Então você tem as humilhações.”¹

público, migração familiar mistura paternalismo nacional e a construção de limites. Na realidade, o tratamento dado aos TCNs depende do seu país de origem, religião, sexo e orientação sexual: os migrantes provenientes de certos países pós-coloniais, como Marrocos ou a Argélia, enfrentam mais restrições do que outros, por causa de sua presença já significativa na França; dos temores de uma percebida “invasão muçulmana” e o amálgama entre “árabe” e “muçulmano” que afetam o cotidiano dos casais.

Paradoxalmente, a implementação legislativa também afeta os cidadãos franceses que se casam ou formam uniões civis com TCNs. A estigmatização afecta, assim, tanto TCNs e os seus parceiros europeus, que se tornam “estranhos” em sua própria sociedade, suspeitos de ameaçar a identidade nacional por causa de sua escolha de um parceiro estrangeiro.

> Restringindo a Migração

Na França, existem contradições profundas entre a lei e a prática. Restringir a migração familiar tem sido uma prioridade legal desde 2003, quando cinco leis sucessivas sobrecarregaram o cotidiano dos casais binacionais. Em 2006, as duas leis, “Sarkozy II” e “Lei de Clément” teve como objetivo identificar os casamentos falsos.

“O casamento evoluiu muito ao

Durante a última década, os direitos dos casais binacionais unindo um cidadão da União Europeia e um terceiro país nacional (TCN) foram profundamente erodidos. Enquanto residentes, mas não cidadãos, TCNs têm direito a uma gama limitada de direitos e sua situação tornou-se cada vez mais precária. Na França, por exemplo, o governo usa meios jurídico-administrativos e práticas invasivas para interferir na vida íntima de casais binacionais, tanto casais do mesmo sexo quanto heterossexuais. Além disso, as autoridades francesas parecem proteger algumas nacionalidades e tipos de família mais do que outros.

Através de entrevistas com casais, etnografia multisituada, e observação participante em organizações que defendem as famílias binacionais e os direitos dos migrantes, como Pub-

lic Ban on Lovers e a Association for the Recognition of Homosexual and Transgender Rights for Immigrants and Residents, exploramos as reformas legais, o contexto político em mudança e as atitudes dos oficiais encarregados das práticas administrativas que afetam casais binacionais na França atualmente.

Na França, as políticas de imigração distinguem entre a migração “selecionada” (imigração choisie, ou seja, os migrantes altamente qualificados e trabalhadores necessários) e a migração “imposta” (imigração subie, ou seja, as famílias de imigrantes e requerentes de asilo). Os migrantes que vêm juntar-se a parceiros ou para estabelecer famílias são considerados uma “imposição” - apesar do fato de que a migração da família é, em teoria, protegida pela Constituição e convenções internacionais. No discurso

longo dos últimos anos, tomando-se uma grave questão em torno da migração [...]. O número de uniões fraudulentas que estão sendo quebradas pelos prefeitos e agentes consulares diplomáticas nunca para de subir” (P. Clement, da Assembleia Nacional Discurso, 22.03.2006)

O oficial de registro civil é requerido para entrevistar futuros cônjuges juntos “ou, se necessário, separadamente.” Um oficial que suspeita de fraude pode se recusar a autorizar o casamento, o que requer uma investigação criminal. Na prática, desde 2004, qualquer cônjuge não possuindo uma autorização de residência francesa regular deve fornecer mais informações. Mesmo depois de se casar, os casais devem provar a estabilidade de seu relacionamento e, em cada convocação para renovar a autorização de residência do cônjuge TCN, o cônjuge francês tem que ir a Prefeitura, portando contas pagas ou documentos comuns para certificar uma vida familiar comum.

Até 2009, discursos políticos descreviam casamentos binacionais como a “primeira fonte de imigração”, por vezes aumentando os temores de uma nova categoria de casamento, o “casamento de conveniência oculto” ou “casamento cinza” (*mariage gris*) - em que um dos parceiros é enganado por um parceiro estrangeiro que só procura a residência francesa - em contraste com o casamento de conveniência, comumente chamado “casamento branco” (*blanc mariage*), isto é, um casamento formal, em que o parceiro francês tem plena consciência das verdadeiras intenções do parceiro, ajudando a enganar autoridades. Dos 278.600 casamentos celebrados na França, em 2004, quase 5.272 foram encaminhados pelos gestores do Registro Civil para a polícia (1,9%); Destes, 737 foram considerados inválidos, incluindo 444 marcados como casamentos de conveniência. No final, apenas quatro pessoas foram condenadas por um casamento de

conveniência².

Para alcançar a cidadania, a lei exige que TCNs demonstrem “assimilação à comunidade francesa” (teste de língua, conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos franceses, etc.). O casamento em si não fornece acesso automático a nacionalidade francesa: o atraso na elegibilidade para a cidadania foi alargado de seis meses após o casamento, em 1984, para quatro anos, hoje.

> Administrando o casamento binacional

Os administradores que controlam a migração adquiriram poderes cada vez mais discricionários³. Os funcionários que entregam vistos, residência e permissão de trabalho, devem proteger a segurança nacional, e, muitas vezes, têm uma visão preconceituosa da migração, em vez de um conhecimento abrangente das regras. Estes oficiais ocupam uma posição inferior no escalão administrativo hierárquico, e seu exercício do poder depende de como eles concebem o seu trabalho e a questão da imigração.

Oficialmente, é o prefeito que decide quais os estrangeiros que devem receber autorização para permanecer legalmente na França. Mas, na prática, os casais binacionais, como todos os migrantes, enfrentam o que Alex Spire chama de “contadores estrangeiro” - funcionários que têm contato diário com os migrantes, em uma “posição suja”, distanciados dos chefes, cujas ordens deveriam implementar. A “posição suja” vem do contato com estrangeiros e pode ser apreendida pelos “cheiros e os sons [de línguas estrangeiras]” que permeiam as salas de espera de escritórios locais - em contraste com a calma e limpeza dos escritórios dos oficiais superiores. As atitudes pessoais dos funcionários, bem como a necessidade de implementar a política, governam a interação com os cônjuges. Os cônjuges têm de negociar a sua situação

com os burocratas que não têm poderes de decisão reais. Eles estão sob a autoridade suprema de funcionários de alto escalão que quase nunca estão em contato com estrangeiros.

> Enfrentando o racismo e a xenofobia

As políticas de imigração relativas a famílias binacionais têm levado a vários tipos de discriminação. Como TCNs são indesejados, desprezados pela polícia e funcionários do governo, ambos os cônjuges franceses e os oficiais franceses que trabalham ao lado de estrangeiros se tornam o que Goffman chamaria de “iniciados”, indivíduos que trabalham com pessoas estigmatizadas, e sob risco de ter o estigma estendido para si mesmos. Características como idade, status econômico e aparência podem acabar com as suspeitas a respeito do amor sincero dos casais, mas isso não resolve o estigma associado aos estrangeiros e todos os que trabalham com eles.

A vida privada dos casais binacionais se torna pública, uma vez que estes indivíduos falam abertamente sobre seus relacionamentos, sentimentos, amor e problemas, para resolver o impasse de suas situações e para denunciar a estigmatização de seus casamentos. Curiosamente, os casais binacionais e o Estado francês propõem definições de casamento que não estão longe um do outro. Para os dois lados, o amor é a condição *sine qua non* do casamento. O racismo institucional ou xenofobia governamental, no entanto, corroem as fronteiras entre o privado e as esferas públicas e invadem sua vida familiar. ■

Contato com Laura Odasso
<la.odasso@gmail.com>

e Manuela Salcedo
<manuesalcedo@gmail.com>

¹ Notes from Laura Odasso's fieldwork journal, December 10, 2009.

² Belmokhtar, Z. (2006) “Les annulations de mariage en 2004.” *Infostat justice* 90: 1-4.

³ Spire, A. (2008) *Accueillir ou reconduire, enquête sur les guichets de l'immigration*. Paris: Raisons d'agir.

> O Espectro que assombra a Turquia

Por **Aylin Topal**, Universidade Técnica do Oriente Médio, Ankara, Turquia



O Protesto de Gezi ainda assombra o Presidente Erdoğan.

Ao longo dos últimos dois anos, a evolução social e política da Turquia provocaram novos debates sobre o regime político do país. Qual é a natureza do regime, o que levou às revoltas em junho de 2013, e quais serão as consequências?¹

O neoliberalismo na Turquia remonta ao ano de 1980: em 24 de janeiro de 1980, o advento do programa de ajustamento estrutural da Turquia, e em 12 de Setembro, o golpe de Estado militar na Turquia. Os militares chegaram ao poder com dois objetivos fundamentais: em primeiro lugar, para docilizar a esquerda e os sindicatos; e, segundo, para continuar o processo de reestruturação econômica, mantendo o apoio da burguesia turca, bem como os países capitalistas ocidentais e as instituições de Bretton Woods. A era pós-regime militar estava muito alinhada com a política da Nova Direita.

Vinte e dois anos depois, em 2002, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (JDP), ganhou uma maioria parlamentar - pela primeira vez em 15 anos que um partido governava sozinho. Mercados em geral responderam positivamente, pois, como uma análise de Merrill Lynch apontou, "a che-

gada de um governo de partido único fortaleceria a balança comercial da Turquia." O partido não decepcionou: a poucos meses depois de tomar posse, o governo declarou que para acabar com a crise econômica em curso, seria preciso minimizar o envolvimento do Estado nas atividades econômicas, e privatizar empreendimentos econômicos estatais - o que permaneceu como principal estratégia fiscal do JDP.

Em maio de 2013, o então primeiro-ministro Tayyip Erdoğan revelou planos de remodelação do governo para a praça Taksim, uma área central de Istambul que tem sido o palco de protestos políticos por décadas. Ao lado da praça, Gezi Park é uma das poucas remanescentes manchas verdes no centro da cidade. Os planos de remodelação incluíram a reconstrução de uma mesquita na Praça Taksim e um quartel militar histórico no Parque Gezi - agora programada para incluir um shopping center. O primeiro-ministro também informou o público sobre outros megaprojetos do governo, incluindo um terceiro aeroporto e uma terceira ponte sobre o Bósforo.

Como cada peça de legislação que a JDP tinha encaminhado, esses planos não tinham sido discutidos no Par-



lamento, e muito menos com qualquer organização da sociedade civil. A União das Câmaras de Engenheiros e Arquitetos Turcos e a União das Câmaras de Planejadores da cidade imediatamente reagiram ; juntamente com os ativistas ambientais, ambas as organizações declararam que iriam bloquear veículos de construção ao entrar no parque. Em 28 de maio, eles armaram as primeiras tendas.

Na madrugada de 31 de maio, a polícia atacou violentamente os manifestantes, queimando as barracas e fazendo uso excessivo da força, de gás lacrimogêneo e canhões de água mesmo contra manifestantes que não estavam resistindo. Defendendo a polícia, o primeiro-ministro criminalizou os manifestantes, chamando-os de “grupos radicais” e çapulcu (saqueadores).

Naquela noite, os grupos de oposição apelaram à solidariedade com os manifestantes, em Istambul, e milhões correram para parques em cada cidade turca para protestar contra a violenta repressão policial, cantando “Em todos os lugares Taksim, em todos os lugares resistência”, “*Renuncie Ditador!*” E “*Pula! Pula! Quem não salta é Tayyip!*”

Essa reação não foi surpreendente, uma vez que as tensões e descontentamento vinham crescendo. Em 18 de dezembro de 2012, a polícia atacou brutalmente um pacífico protesto estudantil quando Erdogan visitou a *Middle East Technical University* (METU) para observar o lançamento de um satélite militar. Em vez de iniciar uma investigação sobre força policial excessiva, o primeiro-ministro atacou o corpo docente, dizendo: “Que vergonha para os professores que levantaram esses alunos. Instrutores primeiro devem ensinar seus alunos como ser respeitoso”. Protestos subsequentes à METU e protestos de solidariedade nos campi em todo o país foram reprimidos, o que levou ao escrutínio internacional. Em abril de 2013, o teatro Emek foi demolido para dar lugar a um local de entretenimento e compras, gerando protestos generalizados; novamente, manifestações pacíficas foram dispersas com canhões de água e gás de pimenta. O autoritarismo e conservadorismo disfarçados do governo tornou-se mais evidente no final de maio de 2013, com uma nova lei que restringia a venda de álcool – a lei Tayyip Erdoğan foi explicitamente anunciada como requerida para proteger a juventude e fazer cumprir as leis religiosas. Na mesma época, um jovem casal se beijando foi criticado em um anúncio de estação de metrô; em protesto, centenas se reuniram para beijar na mesma estação.

Em resposta aos protestos crescentes em solidariedade com aqueles no Parque Gezi, Erdoğan afirmou que foi “segurando os 50 por cento” que o havia eleito, ele disse que “*pode haver milhares de manifestantes nas ruas, mas eu*

sou capaz de trazer milhões para a rua”. Ônibus transportaram seus apoiadores para reuniões públicas em protesto às manifestações Gezi; multidões gritavam: “*Vamos esmagar Taksim*” e “*Minoria, não testem nossa paciência*”.

A resistência em Gezi questionou a natureza da autoridade política e minou o comando do JDP, criando fissuras na legitimidade do Estado. Ironicamente, essa resistência catalisou uma mudança de regime, de um autoritarismo conservador disfarçado à uma autocracia reacionária evidente. Desde julho de 2013, em vez de tratar de queixas, a JDP criminalizou a sua oposição, afirmando que os seus esforços eram para enfraquecer o governo através de “tentativas de golpe civil.”

Imediatamente após denúncias de corrupção generalizados contra o primeiro-ministro, sua família e seus membros do gabinete, Erdoğan lançou uma batalha contra a Irmandade Gülen e o que foi chamado de “estrutura paralela” no interior do Estado. Uma gravação de áudio - supostamente feita em 17 de Dezembro (os filhos de três ministros foram presos por corrupção e denúncias de suborno) - foi postada na internet, em que um homem acusado de ser Erdoğan manda seu filho para dispor de grandes quantidades de dinheiro. Após isso, Erdoğan afirmou que houve “uma tentativa de golpe” de “lobbies” e “poderes obscuros” destinados a enfraquecer o governo com antecedência das próximas eleições, e exigiu medidas preventivas. Logo depois, o parlamento dominado pelo JDP aprovou novas leis que concedem imunidade a pessoas do serviço de inteligência, e restringiu a liberdade de imprensa, expressão e informação. No entanto, em 9 de agosto, Erdoğan foi eleito presidente com 51,8% dos votos, em uma eleição com participação de 73,4%. Durante a campanha, Tayyip Erdogan, disse repetidamente que ele seria um “presidente pau para toda obra”, ao contrário de seus antecessores cerimoniais. Ele parece determinado a exercer os poderes que lhe foram concedidos, presidindo as reuniões de gabinete e à nomeação de reitores das universidades e alguns membros dos órgãos judiciais superiores. *De jure* com o parlamentarismo de facto significaria poder sem responsabilidade - uma receita perfeita para autocracia evidente.

Em face dessa mudança de regime, o Estado turco sob o controle do governo JDP está sofrendo uma crise de legitimidade profunda. Um fantasma ronda o presidente e seu governo, o espectro da Resistência Gezi... ■

Contato com Aylin Topal <taylin@metu.edu.tr>

¹ O autor fornecerá fontes mediante solicitação.

> Manipulando a opinião pública no Cazaquistão

Por **Almas Taizhanov**, Associação dos Sociólogos do Cazaquistão, membro coletivo regular da ISA



Gaukhar Monko, esposa cazaquistã de Sergei Monko, Residente ucraniano do Cazaquistão. Ela declara "Não à guerra" e derrama lágrimas nas cores da bandeira ucraniana.

Ambos o Cazaquistão e a Ucrânia têm fronteira comum com a Rússia e eles compartilham um estatuto comum enquanto ex-repúblicas soviéticas. Contudo, eles compartilham mais uma semelhança importante e trágica: ambos sofreram perdas demográficas substanciais durante a fome causada pela "coletivização" soviética em 1932-1933.

A morte por inanição e a emigração durante a fome resultou na perda de até 1.840.000 cazaques em 1934, cerca de 47,3% da população do Cazaquistão de 1930. A perda de quase metade da população local foi "compensada" por várias ondas de migração da Federação da Rússia, antes e após a Segunda Guerra Mundial. Para o Cazaquistão, isso reformulou a demogra-

fia do país: de acordo com o censo de 1959 da URSS, cazaques compunham apenas 30% da população total do Cazaquistão da República Socialista Soviética, abaixo dos 58,5% de 1926..

A fome na Ucrânia, no mesmo período, tirou a vida de cerca de 3 milhões de ucranianos - número que é proporcionalmente menor do que as perdas do Cazaquistão, já que a população ucraniana tinha alcançado 23 milhões na época do censo de 1926 da URSS. Além disso, na Ucrânia, o governo confiscou grãos, enquanto que os cazaques na sua maioria nômades perderam seu gado privado, sua principal fonte de nutrição. Ucranianos tinham mais chance de sobreviver à fome.

Como resultado das ondas de migração da Federação da Rússia para a Ucrânia e Cazaquistão, os russos compreendem uma parte significativa das populações de ambas as repúblicas. Isto tem sido, e é especialmente característico das regiões do Norte do Cazaquistão, que fazem fronteira com a Rússia e as regiões da Ucrânia ao lado da Rússia (Donetsk e Lugansk) - precisamente onde vemos o conflito em curso atualmente.

Nenhuma pesquisa sociológica trata abertamente sobre o risco de um movimento separatista no Cazaquistão, em especial nas regiões norte e leste do país, onde uma população substancial russa vive. No entanto, pelo menos um grande incidente separatista ocorreu: em novembro de 1999, um motim



armado separatista eclodiu na cidade de Ust-Kamenogorsk (na região leste do Cazaquistão, na fronteira com a Rússia). Organizado por um grupo de 22 russos - onze dos quais (incluindo o líder) eram cidadãos da Federação da Rússia - o motim foi bloqueado pelo Comitê de Segurança Nacional do Cazaquistão; todos os separatistas receberam seis a oito anos em uma prisão do Cazaquistão, e todos voltaram à Rússia depois de serem libertados.

Apesar dessa história, a população do Cazaquistão não exibe grande preocupação sobre o separatismo. Além disso, de acordo com o levantamento realizado pelo Centro baseado no Cazaquistão de Pesquisas Sociais e Políticas e Estratégia, após o início do conflito da Ucrânia, 61% da população do Cazaquistão apoiou a anexação da Crimeia à Federação da Rússia, 23% eram neutros sobre isso ou não poderia responder à pergunta, e apenas 6% consideraram a anexação uma violação ilegal da integridade territorial da Ucrânia. A pesquisa fornece uma correlação clara entre quem controlava a mídia (Cazaquistão, Rússia, ou a mídia ocidental) e as atitudes relatadas no conflito.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Estratégico de 2011-2015 do Ministério de Comunicação e Informação do Cazaquistão, há 2.740 organizações de mídia de massa no Cazaquistão (empresas de mídia impressa, televisão, rádio e televisão, mídia eletrônica etc.). Destes, 20% operam no idioma cazaque, e 34% em russo. O resto dos meios de comunicação de massa do Cazaquistão supostamente usa ambas as línguas,

mas, na verdade, a maioria está mais orientada para o idioma russo. A presença da língua cazaque na internet é extremamente pequena quando comparada com a da língua russa, por isso, pode-se dizer que, no Cazaquistão, a internet é maioritariamente russa. Além disso, canais de televisão russos podem transmitir livremente, e jornais e revistas russas estão amplamente disponíveis no Cazaquistão.

De acordo com o estudo acima mencionado, as mais importantes fontes de informação dos entrevistados foram: mídia de massa com sede no Cazaquistão (50%) e meios de comunicação com sede na Rússia (31%). Outras fontes foram os sites da internet e de redes sociais como o Facebook (9%), e conversando com amigos, colegas e parentes (7%). Mídia ocidental era uma fonte de informação para apenas 1% dos entrevistados da pesquisa de internet.

Como essas fontes de informação afetam a opinião? Dos entrevistados que recebem informações de meios de comunicação baseado no Cazaquistão, 54% concordam com as ações da Federação Russa, 20% não concordam, e 26% são incertos. No entanto, entre os entrevistados que contam com os meios de comunicação baseados na Rússia, a aprovação das ações Rússia atingiu 84%, com apenas 4% discordando.

Quanto aos entrevistados que receberam as notícias de fontes da mídia ocidental, 31% apoiaram a Rússia, 39% não apoiou, e 31% eram incertos. Esse é um retrato surpreendente, especialmente para aqueles que espera-

vam que os inquiridos a ler e assistir notícias ocidentais seriam suscetível de mostrar mais a desaprovação das ações russas. Entre aqueles cuja principal fonte de informação é a Internet, 48% apoiam a Rússia, 35% são incertos, e 17% não concordam. Como mencionado acima, a internet é predominantemente "russa" para o Cazaquistão, assim, esses resultados não são surpreendentes.

Durante o atual conflito russo-ucraniano, a propaganda chegou a um nível que não é visto desde a era soviética. O total controle sobre a mídia de televisão e de impressão tornou mais fácil para aumentar o volume de propaganda. Níveis extremos de propaganda da Rússia e da Ucrânia estão influenciando a população do Cazaquistão e do governo. Ao mesmo tempo, não há sinais de propaganda da mídia de massa no Cazaquistão (ou seja, governo) visível hoje. O resultado é que a opinião pública cazaque é dominada pelo ponto de vista dos meios de comunicação e do governo russo. Além disso, tem produzido divisão ideológica aguda na população Cazaquistão com os chamados "patriotas nacionais", "liberais" e "ocidentalizados" de um lado, e os "pró-russos", por outro. A ausência de pesquisa sociológica independente impede uma análise mais profunda. A ausência de uma investigação séria para combater a manipulação interessada da opinião pública poderia ser uma ameaça para a estabilidade futura do Cazaquistão.



Contato com Almas Taizhanov
<almas.diamond@gmail.com>

> O futuro do planeta

Por **Emma Porio**, Universidade Ateneo de Manila, Filipinas, ex-membro do Comitê Executivo ISA, 2006-2014, e atual ISA representante para integrar o Conselho Internacional de Ciência (ICSU)

Os membros do Conselho Internacional de Ciência (ICSU) reuniram-se no Auckland Convention Center para a sua Assembléia Geral tri-anual e decidiram sobre as orientações essenciais da ciência internacional nos próximos anos. O tema da 31ª Assembléia Geral foi “Uma celebração de 30 anos de Pesquisa em Mudanças Globais.” Aprovou uma declaração chave sobre o acesso aberto ao registro científico e advertiu contra o uso indevido de métricas na avaliação da pesquisa.

Fundado em 1931, o ICSU é uma organização não-governamental com uma adesão global de organismos científicos nacionais (120 membros que representam 140 países) e sindicatos científicos internacionais (31 membros). As atividades do Conselho concentram-se em três áreas: planejamento e coordenação da investigação internacional; ciência para políticas públicas; e fortalecimento da universalização da ciência. ICSU é muitas vezes conclamado a falar em nome da comunidade científica global. Atua como um consultor para governos e agências das Nações Unidas em questões que vão desde o ambiente até a realização da conduta científica.

O primeiro-ministro da Nova Zelândia, John Key, abriu a reunião, destacando os desafios ambientais mais exclusivos do país e as suas contribuições para a pesquisa internacional. Peter Gluckman, principal assessor científico do governo e ex-presidente da Royal Society da Nova Zelândia, deu a palestra: “A natureza mutável da Ciência; Os cientistas podem enfrentar o desafio?” Ele alertou o público de que os sistemas da ciência estão mudando rapidamente, e se não gerenciarmos essas mudanças adequadamente, isto pode contribuir para a perda de confiança do público!

Durante cinco dias - 31 agosto - 4 setembro, para 2014 - ICSU analisou o progresso de seus programas-chave durante as últimas três décadas, a saber:

- Programa de Pesquisa do Clima Mundial
- Diversitas (Biodiversity Science)
- Internacional de Dimensões Humanas Programa
- Programa de Ciência da Terra

Elas serviram como os programas fundamentais para a *Terra do Futuro: Pesquisa para a Sustentabilidade Global*, programa definitivo do ICSU para a próxima década.

O ICSU é uma parceria com duas academias em seus esforços para construir uma nova geração de cientistas, ou seja, o Global Academy Young (GYA) e da Academia Mundial de Cientistas (TWAS). Iniciado em 1990 e com sede em Berlim, com o apoio da Academia Alemã de Ciência, GYA tem uma adesão de 90 jovens cientistas de todo o mundo e organiza regularmente workshops e conferências para compartilhar seus resultados de pesquisa. TWAS é uma academia de ciência global e conecta uma rede de cientistas a partir de 50 economias em desenvolvimento. Com sede em Trieste, Itália, TWAS tem como objetivo “a inovação antecedência e prosperidade sustentável no mundo em desenvolvimento por meio de pesquisa, educação, política e diplomacia”.

Em 2010, o ICSU convidou o ISA de contribuir para a integração das ciências sociais no seu esforço científico. Mas ainda há muito a ser feito nesta área. Atualmente, a ISA é repensar se vale a pena continuar a sua participação em um corpo cujo coração é nas ciências de “núcleo duro”. A partir de 2010-2014, Alice Abreu, ex-membro do Comitê Executivo da ISA (2006-2010) e diretor regional do ICSU para a América Latina, foi o representante do ISA em ICSU. Enquanto isso, Stewart Lockie (ex-presidente do RC23 da ISA do Meio Ambiente) tornou-se um membro do Comitê de ICSU em Planejamento Estratégico e Pesquisa (2013-2014). ■

Contato com Emma Porio <eporio@ateneo.edu>

- Painel Inter-governamental sobre Mudanças Climáticas
- Programa Internacional Geosfera-Biosfera

> Equipe Romena da *Diálogo Global*

Por **Ileana Cinziana Surdu**, Universidade de Bucareste, Romênia

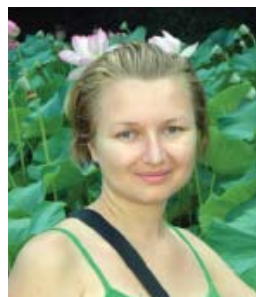
Nós nos juntamos à edição 3.1 da *Diálogo Global*, em novembro de 2012. Desde então, nossa equipe tem mudado a cada número, mas isso é uma característica positiva, como todos nós aprendemos uns com os outros no processo de tradução e edição da versão romena da *Diálogo Global*. Somos todos sociólogos, a maioria ainda estudantes em doutoramento, entusiastas e apaixonados pelos nossos interesses em sociologia. Os diversos temas na *Diálogo Global* nos ofereceu, a equipe DG romena - bem como aos nossos professores e colegas - a oportunidade de explorar uma sociedade global.

Nossa equipe tem seis membros constantes que são apresentados a seguir, juntamente com os colegas que participaram de pelo menos cinco edições da DG. Além destes membros permanentes, outros 11 colegas se juntaram à equipe por pelo menos uma edição: Ramona Cantaragiu, Cristian Constantin Veres, Angélica Helena Marinescu, Monica Nădrag, Ioana Cărtărescu, Mădălin Rapan, Andreea Acasandre, Daniela Gaba, Alexandru Duțu, Gabriela Ivan, Levente Szekedi. ■



Dr. Cosima Rughiniș é Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Bucareste, e editora-chefe da *Compaso* - um jornal da pesquisa comparativa em Sociologia e Antropologia. Ela leciona cursos de metodologia de pesquisa. Sua recente pesquisa investiga a retórica de investigação em ciências humanas, bem como a utilização de jogos sérios e outras mídias digitais para a comunicação científica.

Contato:
cosima.rughinis@sas.unibuc.ro



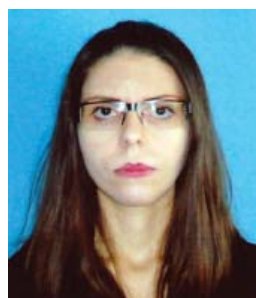
Ileana Cinziana Surdu é estudante de Ph.D em sociologia na Universidade de Bucareste. Ela tem experiência como professora assistente de metodologia e pesquisa de marketing e trabalha em projetos relacionados à integração social e ao desenvolvimento social. Suas áreas de interesse incluem a sociologia do tempo, o equilíbrio trabalho-vida pessoal, familiar e tradições, a comunicação não-verbal.

Contato:
ileana.cinziana.surdu@gmail.com



Adriana Bondor é doutoranda em sociologia Universidade de Bucareste. Ela tem interesse em história e sociologia, e sua pesquisa é na história da sociologia romena. Em suas atividades profissionais, ela tem feito estudos em várias áreas: história social, história da sociologia em estudos Romênia, culturais e de memória, bem como o comunismo na Romênia e na Europa. No futuro, ela pretende investir na área da sociologia da cultura.

Contato:
adrianabondor@yahoo.com



Alina Costiana Stan está relaizando doutoramento em conjunto na Universidade de Bucareste e Lille 2, na França. Sua pesquisa explora a questão da violência no local de trabalho e da qualidade das relações de trabalho no setor público romeno. Ela é especialmente interessada nos seguintes temas influência das instituições jurídicas em processos sociais, a discriminação no local de trabalho, sexo e sociologia da administração pública.

Contato:
costiana_stan@yahoo.com



Elena Tudor é doutoranda em sociologia e assistente de pesquisa na Universidade de Bucareste e no Instituto de Pesquisa de Qualidade de Vida (Academia Romena), com interesse em migrações internacionais e política. Ela participou de projetos de pesquisa relacionados com a migração e as políticas destinadas a grupos vulneráveis para a Comissão Europeia e ONGs locais.

Contato:
elenatudor7@yahoo.com



Miriam Cihodariu é doutoranda em Sociologia pela Universidade de Bucareste e, anteriormente, foi doutoranda em Antropologia da Universidade Johannes Gutenberg, em Mainz. Ela tem experiência como assistente de ensino e como pesquisadora em vários grupos. Seu instrumento de pesquisa favorito é o mapa mental narrativo e ela gosta de se considerar a ser um dos pioneiros no tema. Sua tese de doutorado é baseado em mais de três anos de pesquisa de narrativa de festivais e comunidades em reconstituição. Mais sobre sua formação acadêmica podem ser encontradas em:

<http://miriamcihodariu.com/index.html>

Contato:
miriam.cihodariu@gmail.com



Mihai-Bogdan Marian é formado em Direito pela Universidade de Bucareste, possui dois mestrados nas áreas de segurança nacional e segurança do ambiente internacional e atualmente é doutorando na Universidade de Bucareste. Ele está interessado nas mudanças sociopolíticas associados à globalização nas sociedades modernas e é sobre esse tema que ele quer continuar seu trabalho acadêmico.

Contato:
mihaimarb@yahoo.com



Lucian Rotariu é sociólogo e doutorando na Faculdade de Sociologia e Serviço Social, Universidade de Bucareste. Nos últimos 3 anos, ele tem realizado seminários nas áreas de sociologia do desvio e Sociologia do Direito.

Contato:
stefan.rotariu@sas.unibuc.ro



Monica Alexandru é socióloga, atualmente trabalha para a Investigação Exatas e Consultoria em Bucareste. Ela completou o seu doutoramento em 2012, com um trabalho sobre a migração internacional, a mobilidade social e inconsistência de status. Nos últimos anos, Monica tem colaborado intensamente com organizações internacionais e institutos de pesquisa que exploram migração e tráfico de seres humanos.

Contato:
alexandru_monica@yahoo.com



Balázs Telegdy atualmente trabalha como professor assistente de Ciências Sociais, em Universidade Hungara Sapiientia da Transilvânia (Romênia). Ele recebeu seu mestrado em Sociologia pela Universidade Babes-Bolyai, onde estudou as disparidades regionais dos problemas sociais na Romênia. Atualmente, ele está escrevendo sua tese de doutorado sobre a história da sociologia romena na Universidade de Bucareste. Seus outros interesses de pesquisa incluem a sociologia da transição, a confiança institucional e análise de rede social.

Contato:
telegdyb@yahoo.com



Cătălina Petre é doutoranda na Escola de Doutorado Sociologia e também na École Doctorale en Ciência Social, Universidade de Bucareste. Ela recebeu uma bolsa de pesquisa de quatro meses na Université Libre de Bruxelles, na Bélgica, onde estudará a sociologia da vida cotidiana. Ela está interessada em áreas como: sociologia do corpo, comunicação não-verbal, a sociologia organizacional e também a gestão de recursos humanos. O título de sua tese de doutorado é "A percepção de mulheres jovens em relação aos padrões de beleza promovidos pela sociedade romena".

Contato:
gulieatalina@yahoo.com



Oana Mara Stan formou-se na Universidade de Bucareste em psicologia e sociologia, mestrado em Gestão de RH e doutorado em sociologia. Durante os últimos 8 anos, ela tem sido um especialista em RH para varejo e mídia empresas multinacionais. Suas áreas de interesse e especialização incluem o Laboratório de Pesquisa Social Comparada, equilíbrio entre vida profissional, desenvolvimento suburbano, orientação de carreira. Atualmente, ela coopera com a equipe internacional de pesquisa Cranet a respeito de RH e relações de trabalho.

Contato:
[oanamara2000@yahoo.ca](mailto: oanamara2000@yahoo.ca)